



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A Geopolítica do Ártico e a Estratégia de Segurança Energética da União Europeia

Rúben Manuel de Castro Pereira

Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Estratégia

Lisboa
2014

VALORIZAMOS PESSOAS

Índice

Agradecimentos	3
Índice de Figuras.....	4
Lista de Acrónimos.....	5
Introdução	6
Nota Metodológica	11
Operacionalização de Conceitos.....	13
1. A Geopolítica do Ártico.....	23
1.1. Caracterização do Ártico.....	25
1.2. Alterações Climáticas	26
1.3. Recursos Energéticos e Rotas Marítimas.....	28
1.3.1. Recursos Energéticos	28
1.3.2. Novas rotas marítimas.....	32
1.4. Governança do Ártico	33
2. Desafios à produção de hidrocarbonetos no Ártico	35
3. Estratégia Energética da União Europeia	37
3.1. Principais fornecedores de petróleo e gás natural.....	38
3.1.1. Rússia.....	38
3.1.2. Noruega	42
3.1.3. OPEP.....	44
3.2. Principais Riscos para a Segurança Energética da UE	45
3.2.1. Dependência da importação e escassa produção interna de recursos energéticos	46
3.2.2. Pouca diversidade e fiabilidade de fornecedores	47
3.2.3. Inexistência de uma política energética comum	48
3.2.4. Infra-estruturas	50

4.	A UE e o Ártico	52
4.1.	Ligações Territoriais e Políticas	52
4.2.	A política Europeia para o Ártico: em busca de uma estratégia energética para a região	54
4.3.	Obstáculos a uma presença mais assertiva da UE no Ártico	58
5.	O Ártico como alternativa energética para a UE	61
5.1.	Dinamarca (Gronelândia e Ilhas Faroé).....	61
5.1.1.	Exploração de recursos energéticos no Ártico	62
5.2.	Noruega.....	64
5.2.1.	Exploração de recursos energéticos no Ártico	64
5.3.	Rússia.....	67
5.3.1.	Exploração de recursos energéticos no Ártico	68
	Conclusão	70
	Bibliografia	76

Agradecimentos

Considero esta dissertação como o corolário de cinco anos de percurso académico no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, primeiro no I Ciclo de Estudos em Relações Internacionais e posteriormente no II Ciclo de Estudos em Estratégia. Assim, gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas na pessoa do seu Presidente, Professor Catedrático Doutor Manuel Augusto Meirinho Martins. Deixo também um agradecimento especial ao Coordenador da unidade científica e pedagógica de Estratégia, o Professor Catedrático Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana.

À Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão que aceitou orientar esta dissertação e que sempre se mostrou interessada em apoiar-me neste trajecto. Sem o seu saber e apoio a prossecução desta dissertação não seria possível.

À Força Aérea Portuguesa e, em particular, aos Meus Camaradas do Serviço Administrativo e Financeiro, por me terem proporcionado a oportunidade de prosseguir o meu percurso académico, nunca deixando de me apoiar e encorajar.

Aos amigos e colegas do ISCSP pois também eles foram importantes para a conclusão desta dissertação.

Ao Pedro Santos, Pedro Sá e António, pela amizade inesgotável.

Aos meus pais e irmã, que estão sempre presentes, apoiando-me incondicionalmente em cada passo que tomo, fazendo com que este percurso tenha sido concretizável.

À minha querida Margarida, pelo apoio inabalável e inestimável. Mesmo nos momentos de esmorecimento nunca me deixou acomodar, sendo a fonte de energia que me fez acreditar que seria possível.

Índice de Figuras

Imagem 1: Delimitação do Ártico.....	25
Imagem 2: Média da Extensão do Gelo Marinho (1978-2014).....	27
Imagem 3: Recursos Potenciais de Petróleo e Gás Natural no Ártico (total de recursos avaliados: 412 mil milhões de barris de petróleo equivalente).....	31
Imagem 4: Nord Stream.....	40
Imagem 5: South Stream	41
Imagem 6: Nabucco	41
Imagem 7: Trans-Adriatic Pipeline	42

Lista de Acrónimos

AIE – Agência Internacional de Energia

ARUNEPS – Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

BEAC – *Barents Euro-Atlantic Council*

CE – Comissão Europeia

CUE – Conselho da União Europeia

EEE – Espaço Económico Europeu

EIA - Agência de Informação de Energia dos EUA

m³ - Metros cúbicos

ND – *Northern Dimension*

OMC – Organização Mundial do Comércio

OPEP – Organização de Países Exportadores de Petróleo

PE – Parlamento Europeu

TAP - *Trans-Adriatic Pipeline*

TANAP - *Trans-Anatolian Gas Pipeline*

UE – União Europeia

UNCLOS - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

USGS – *United States Geological Survey*

ZEE – Zona Económica Exclusiva

Introdução

A dissertação que aqui se apresenta destina-se a cumprir os requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

No decorrer do século XX, o estudo da geopolítica foi, em várias ocasiões, conduzido a uma espécie de ostracismo. No pós-2ª Guerra, o estudo geopolítico foi excluído pelo aproveitamento de Hitler, dos ensinamentos geopolíticos de Ratzel e Haushoffer e pela associação do 3º Reich à escola de Munique-Heidelberga (Lara, 2013). No final da Guerra Fria, com os consequentes desaparecimentos da União Soviética e do Pacto de Varsóvia, aliados ao desenvolvimento da Globalização e à ascensão das tecnologias de informação, a geopolítica foi, mais uma vez, alvo de exclusão (Lara, 2013; Ó Tuathail & Dalby, 2002). Este último afastamento deveu-se, em parte, a uma noção de que os conceitos geopolíticos introduzidos por Mackinder e Spykman, que tinham sido determinantes no decorrer da Guerra Fria, se tinham tornado obsoletos (Lara, 2013). Importa também referir que, logo após o final da Guerra Fria, autores como Francis Fukuyama aderiram a uma certa onda de optimismo (Fukuyama, 1992) de onde sobressaíam as ideias de que «a democracia política e o mercado económico não tinham concorrentes (...) [e de que] a economia e o comércio iam substituir a política e a guerra» (Bessa & Pinto, 2009, p. 249). Assim, com o final do confronto entre as duas superpotências e a consequente ascensão dos Estados Unidos ao posto de superpotência mundial incontestável, o mundo pareceu viver um período de acalmia e crescimento económico na década de '90 do século passado, não havendo assim espaço para o estudo da Geopolítica, nem para aplicação dos seus ensinamentos e conceitos.

A região do Ártico também pareceu cair para um segundo plano, após o final da Guerra Fria. Durante o conflito «a possibilidade de uma [guerra] nuclear sobre a região polar e o papel crucial da *Northern Fleet* Soviética no controlo das plataformas continentais entre a América do Norte e a Europa» (Holtsmark & Smith-Windsor, 2009, p. 11) faziam do Ártico um dos vários cenários onde imperava a desconfiança entre os dois blocos (Mychajlyszyn, 2008). No entanto, com o desmembramento da União Soviética e com a transformação das relações com a Rússia, o papel do Ártico sofreu alterações. Apesar de surgirem questões quanto à delimitação das fronteiras na região, o

foco da Comunidade Internacional virou-se para outras regiões com situações políticas e sociais mais periclitantes, fazendo com que o interesse na região se esfumasse (Holtmark & Smith-Windsor, 2009; Mychajlyszyn, 2008; Heininen, 2010a).

A relevância da região do Ártico parece ter sido renovada nos últimos anos, com o degelo rápido da calote glacial ártica, consequência do aquecimento global. A existência de jazidas de petróleo e gás natural, minas de diamantes, água potável, assim como a abertura de novas rotas marítimas, extremamente vantajosas para o comércio naval, fizeram com que as atenções se focassem novamente na região.

É inquestionável a importância da descoberta de novas jazidas de petróleo e gás natural num planeta onde os Estados se debatem com dificuldades devido à queda da produção de petróleo e do gás natural, que é agravada com a subida dos preços e do consumo destes dois recursos (Kemper & Martin, 2014). Além das questões que envolvem a produção dos hidrocarbonetos, os «Estados importadores apresentam-se vulneráveis, com a dependência em países com políticas de exploração, produção e transporte de recursos energéticos completamente imprevisíveis [e também, à] instabilidade vivida nas regiões produtoras de recursos energéticos» (Offerdal, 2009, p. 152), o que leva a que os Estados importadores destes recursos sejam obrigados a procurar alternativas.

O acesso às jazidas de hidrocarbonetos do Ártico poderá significar uma alternativa para a não dependência restrita nos tradicionais Estados produtores de recursos energéticos. Repare-se que «o desenvolvimento de novas regiões produtoras de recursos energéticos é a parte necessária para a diversificação» (Offerdal, 2009, p. 152) e esta é absolutamente fulcral para a segurança energética dos Estados.

Assim, além dos Estados costeiros do Oceano Ártico, as mutações que a região tem vindo a sofrer tem chamado a atenção de uma multiplicidade de actores internacionais, desde Estados como a China, Índia ou Coreia do Sul, até a Organizações Internacionais como a União Europeia (UE). Será pois, a partir do interesse demonstrado pela UE na região e das questões decorrentes da sua estratégia de segurança energética, em particular a necessidade de diversificação do rol de fornecedores de hidrocarbonetos, que nos irá levar a questionar a relação entre a política energética europeia e o Ártico.

Tendo como pano de fundo a questão dos recursos energéticos, mais especificamente o petróleo e o gás natural, esta dissertação terá como objecto de estudo a geopolítica do Ártico associada à estratégia de segurança energética da UE. Significando, assim, que partiremos do princípio segundo o qual a competição por recursos naturais poderá levar a UE a apostar nos recursos naturais do extremo norte como uma alternativa para a Estratégia de Segurança Energética da UE. Esta é uma temática que consideramos ter todo o interesse para o II Ciclo de Estudos em Estratégia, tendo a seu favor o facto de se tratar de um assunto de extrema actualidade e significativa inovação.

Quanto ao objectivo geral desta dissertação, este compreende a análise da geopolítica do Ártico, de forma a compreender se é plausível equacionar o desenho de uma política energética europeia para a região.

Para chegar a esse objectivo revelou-se importante a análise das estratégias para o Ártico dos oito Estados da região, em matéria energética. De entre os oito Estados, destacamos três que serão alvo de uma consideração mais extensa: a Dinamarca, por se tratar de um Estado-membro da UE, tendo o território da Gronelândia e das Ilhas Faroé como constituintes do seu reino; a Noruega, Estado pertencente ao Espaço Económico Europeu (EEE); e por fim a Rússia, o principal fornecedor energético da UE. Aliada a esta análise, procuramos identificar a estratégia energética da UE, assim como a sua política para o Ártico neste domínio, por as considerarmos em íntima relação com aquelas que poderão vir a ser as opções de futuro em termos de política energética. Para este efeito, tornou-se relevante a análise dos documentos da UE referentes à política energética europeia e da política da União para o Ártico.

Para além do interesse de Estados e Organizações Internacionais, temos assistido a um desenvolvimento da produção científica do estudo da Geopolítica do Ártico. Assim, importa destacar os contributos de Klaus Dodds (*Icy Geopolitics*, 2008; *Flag planting and finger pointing: The Law of the Sea, the Arctic and the political geographies of the outer continental shelf*, 2010a; *A Polar Mediterranean? Accessibility, Resources and Sovereignty in the Arctic*, 2010b), Scott G. Borgerson (*Arctic Meltdown: The Economic and Security Implications of Global Warming*, 2008), Kristine Offerdal (*Security Prospects in the High North*, 2009; *Arctic Energy in EU Policy: Arbitrary Interest in the Norwegian High North*, 2010; *Norway: Norwegian High North Strategy*,

2014) e Lassi Heininen (*Post–Cold War Arctic Geopolitics: Where Are the Peoples and the Environment?*, 2010a; *Circumpolar International Relations and Cooperation*, 2010b). Em estudos portugueses podemos destacar os estudos realizados por Sandra Balão (*Globalização, Geopolítica e Conflito. O Caso do Ártico e a Abertura da Rota do Norte*, 2013), João Leal (*O Ártico como Espaço Geopolítico*, 2012) e de Diogo Amorim (*Estratégias de Segurança Energética no Ártico: Canadá e Noruega*, 2013). Quanto ao estudo da política europeia para o Ártico importa fazer referência a Sandra Balão (*A PESC, a PESD, a PCSD e a definição da Estratégia da UE para o Ártico*, 2012) e a Andreas Østhagen (*The European Union - An Arctic Actor?*, 2013). Por fim, em relação ao estudo da segurança energética europeia, assinalamos os estudos realizados por Tomas Maltby (*European Union energy policy integration: A case of European Commission policy entrepreneurship and increasing supranationalism*, 2013), Frank Umbach (*Europe's next cold war: the European Union needs a plan to secure its energy policy*, 2006; *Global energy security and the implications for the EU*, 2010), Christian Egenhofer (*Integrating Security of Supply, Market Liberalisation and Climate Change: The European Commission's Green Paper on Secure, Competitive and Sustainable Energy for Europe from a security-of-supply perspective*, 2006), Thomas Friedman (*The First Law of Petropolitics*, 2006) e Carmen Frade (*A Política Energética da União Europeia. Segurança e Cooperação*, 2013).

Como é possível observar, a importância do estudo da Geopolítica do Ártico, assim como da Segurança Energética Europeia, têm sido destacados pela Comunidade Científica Internacional. No entanto denotamos algumas lacunas no que toca ao estudo da política europeia para o Ártico e, por consequência, no estudo de uma política energética da UE para a região. Esta dissertação tem como objectivo contribuir para suprir essas lacunas, dando ênfase ao interesse revelado pela UE nos hidrocarbonetos do Ártico, de forma a reforçar a segurança de aprovisionamento.

Finalmente, importa fazer referência à estrutura interna desta dissertação, que compreenderá cinco capítulos: a Geopolítica do Ártico; Desafios à produção de hidrocarbonetos no Ártico; Estratégia energética da União Europeia; a União Europeia e o Ártico; e o Ártico como alternativa energética para a União Europeia.

No primeiro capítulo faremos incidir a análise sobre a Geopolítica do Ártico, onde analisaremos os principais factores que tornam o Ártico numa região de grande

relevância a nível global. Assim, a análise irá recair sobre a caracterização geográfica da região, das mutações que as alterações climáticas têm causado, dos recursos energéticos existentes na região, da abertura das novas rotas marítimas e estudaremos, por fim, a questão da governança do Ártico.

Em segundo lugar, no capítulo “Desafios à produção de hidrocarbonetos no Ártico”, a nossa análise irá recair sobre os obstáculos que os Estados e as companhias petrolíferas terão de ultrapassar para poderem produzir petróleo e gás natural no Ártico.

No terceiro capítulo, da “Estratégia Energética da União Europeia” procuraremos desenvolver uma análise mais aprofundada sobre as principais questões que afectam a estratégia energética da UE. Sendo o principal objectivo desta dissertação perceber se o Ártico poderá significar uma alternativa energética para a UE, importará também fazer referência aos principais fornecedores energéticos da UE.

No capítulo seguinte, “A União Europeia e o Ártico”, a análise irá incidir sobre a criação da política europeia para o Ártico, embora o foco do estudo seja direccionado para o interesse demonstrado pela UE nos hidrocarbonetos existentes na região. Além da análise da política europeia para o Ártico, importa fazer uma referência às ligações territoriais e políticas existentes entre a UE e a região, de forma a poder legitimar o interesse da UE na região. E, por fim, ainda no mesmo capítulo, importa fazer referência aos principais obstáculos que não têm possibilitado que a UE possua um papel mais assertivo na região.

O quinto capítulo terá como objectivo principal o estudo das estratégias russa, dinamarquesa e norueguesa para o Ártico, dando uma natural importância à exploração de recursos energéticos. Neste capítulo também analisaremos a evolução verificada nos últimos anos, no capítulo da exploração e produção de recursos energéticos no Ártico, de forma a compreender se a região poderá significar uma alternativa para a diversificação de fornecimento energético ou se, por outro lado, se verificará a manutenção do status-quo, no capítulo do fornecimento de petróleo e gás natural.

Por fim, no capítulo da Conclusão, procuraremos responder à pergunta de partida desta dissertação e também às várias hipóteses de trabalho levantadas a partir da formulação daquela.

Nota Metodológica

A pergunta de partida à qual esta dissertação procurará responder é: “Pode o Árctico (vir a) representar uma (via) alternativa para a Estratégia de Segurança Energética da UE?”

Esta pergunta levou-nos a levantar várias hipóteses de trabalho, que serão alvo de análise e de conseqüente busca de legitimação.

Hipótese 1. Os hidrocarbonetos existentes na Gronelândia são vitais para a expansão de fornecedores energéticos da UE.

Hipótese 2. O desenvolvimento da produção de hidrocarbonetos no Mar de Barents norueguês apresenta-se como nova fonte de energia para a Europa.

Hipótese 3. A aposta no Árctico poderá contribuir para a manutenção da dependência europeia face aos recursos energéticos da Rússia.

Esta dissertação, enquadrando-se no II Ciclo de Estudos em Estratégia justifica, portanto, que os contributos das teorias da Geopolítica e da Estratégia ocupem um lugar central neste trabalho de investigação. No entanto, revela-se imprescindível que sejam considerados contributos de outras ciências do «facto político», como nos refere o Prof. Sousa Lara (Lara, 2013, p. 22). Assim, além das ciências centrais que atrás referimos, o nosso estudo contou com o precioso contributo das Relações Internacionais, da Ciência Política, da História e do Ecologismo. Como refere o Prof. Sousa Lara, «No vasto domínio das Ciências Sociais, (...) um primeiro método geral consiste na fixação central em apreço, rodando desta última posição para uma posição auxiliar, supletiva e derivada de qualquer das ciências em função do enfoque específico que se escolha como determinante» (Lara, 2013, p. 36).

Para o processo de composição desta dissertação, revelou-se essencial a análise de documentos, que representa no campo da classificação dos métodos uma análise qualitativa. No entanto, também foi necessário recorrer a fontes estatísticas de forma a obter informações sobre o plano da estratégia energética da UE. Por outro lado, segundo o Prof. Políbio de Almeida, o Método Geopolítico obriga a equacionar a Geografia com a Política e com a História, com a finalidade de «explicar o facto político que a História

registra, através das conexões, reais ou aparentes, que esse facto tem com a geografia» (Almeida, 2012, p. 31). Por se tratar de uma temática com extrema actualidade, a relação do Ártico com a estratégia de segurança energética da UE é, ainda, uma temática em aberto, tendo uma «política nebulosa» (Almeida, 2012, p. 31). Assim, esta dissertação parte com um método de «hipótese, observação e experimentação, confirmação ou informação de hipótese» (Lara, 2013, p. 155).

Em relação às fontes que servem de apoio a esta dissertação, numa primeira análise começamos pelo estudo de fontes primárias, tendo como alvo primordial as estratégias para o Ártico dos oito Estados da região, assim como a análise de documentos da UE sobre a temática da estratégia de segurança energética e sobre a política desta Organização para o Ártico. Assim, podemos afirmar que houve uma clara preponderância das fontes primárias, quer da UE, quer dos Estados do Ártico, para a prossecução do nosso estudo, transportando a nossa análise para o campo do realismo. Este facto conduz-nos para o estudo das Relações Internacionais, de onde o realismo surge como uma teoria centrada no Estado, onde este é predominante e as questões do «*foreign-policy decision-making (...) [e dos] components of national power*» (Brown & Ainley, 2005, p. 63) assumem um claro destaque.

A nossa investigação alicerçou-se igualmente na análise de artigos, livros, monografias, assim como de material retirado da Internet, tendo sempre em conta a autenticidade das fontes. O recurso à Internet tornou-se importante, por se tratar de uma temática inovadora, assim como para aceder à documentação oficial dos Estados e da UE.

Operacionalização de Conceitos

Pelo facto de esta obra se tratar de uma dissertação que visa a concessão do Grau de Mestre em Estratégia e de ter a Geopolítica como outra das ciências de base da nossa investigação, torna-se relevante que se efectue a operacionalização dos conceitos de geopolítica e de estratégia. No entanto, parece-nos de extrema relevância iniciar este capítulo com uma breve teorização que permita contextualizar o nosso objecto de estudo em articulação com os conceitos de poder, de segurança e de defesa por estes servirem de base às ciências supramencionadas.

Conceito de Segurança

Um dos pontos principais desta dissertação é a análise da Segurança Energética da UE. Segundo Eiras, «a disrupção da oferta de energia pode causar vulnerabilidades económicas, políticas e de segurança significativas» (Eiras, 2011, p. 18). Assim, pensamos ser importante fazer referência aos conceitos de segurança e segurança nacional. A Segurança pode ser «desde uma humilde, cautelosa, senão tímida posição de defesa até à atitude de defesa avançada e mesmo à de conquista de posições para melhor garantir a paz e tranquilidade na base material de poderio» (Bessa, 2012, p. 80).

Quanto ao conceito de Segurança Nacional, este pode ser entendido como «a situação que garante a unidade, a soberania e a independência da Nação, a integridade e a segurança das pessoas e dos bens; o bem-estar e a prosperidade da Nação; a unidade do Estado e o desenvolvimento normal das suas tarefas; a liberdade de acção política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas, no quadro constitucional» (Sacchetti, 1986, pp. 21, 22).

Para o Almirante Silva Ribeiro, a segurança nacional «é um fenómeno psicológico (...) exprime a sensação de salvaguarda, a noção de protecção ou a tranquilidade das instituições ou das pessoas, em resultado da percepção da efectiva carência de ameaças relativamente à materialização de interesses nacionais, quando não existem, porque não se desenvolveram, ou porque foram anuladas» (Ribeiro, 2010, p. 54).

Conceito de Defesa

Segundo o IDN, o conceito de Defesa pode ser entendido como «o conjunto de medidas e acções adequadamente integradas e coordenadas, que, globalmente ou sectorialmente, permitem fortalecer a capacidade da Nação, com vista a alcançar a segurança nacional, procurando criar as melhores condições para a prevenção e combate de quaisquer ameaças que, directa ou indirectamente, se oponham à consecução dos objectivos nacionais» (Sacchetti, 1986, p. 22).

Quanto à defesa nacional, o Almirante Silva Ribeiro define-a como «o conjunto de actos que permitem ao Estado proteger-se de uma ameaça pontual, latente ou concretizada, que afecte os interesses nacionais» (Ribeiro, 2010, p. 55).

Conceito de Poder

Segundo o Professor Adriano Moreira, o Poder representa «o fenómeno principal do qual se ocupa a ciência política» (Moreira, 1993, p. 24). Assim, no âmbito da Ciência Política, Adriano Moreira entende o Poder como «a capacidade de os governantes forçarem a obediências pelo temor, método característico dos poderes erráticos, independentemente do reconhecimento da legitimidade» (Moreira, 1993, p. 22). Para o Professor Sousa Lara, de um modo geral, Poder poderá ser definido «como o conjunto de meios capazes de coagir os outros a um determinado comportamento» (Lara, 2013, p. 258). Segundo o General Loureiro dos Santos, a questão do Poder centra-se «num exercício pelo qual pessoas situadas num certo espaço impõem a sua vontade a outras pessoas que ocupam o mesmo ou outro espaço» (Santos, 2013, p. 2). A ideia da coacção associada ao exercício do Poder é, como foi possível observar, transversal às definições supramencionadas.

Segundo o Professor Sousa Lara, o objecto das ciências políticas é o estudo dos factos políticos (Lara, 2013). O autor nota que «o facto político reconduz à luta pela aquisição e exercício do poder» (Lara, 2013, p. 22). Assim, é natural que o conceito de Poder esteja presente noutras ciências «do facto político» (Lara, 2013, p. 22), como é o caso do estudo das Relações Internacionais. Como será possível verificar ao longo deste capítulo, as Relações Internacionais estão presentes no estudo da Geopolítica e da Estratégia. Importará, então, analisar o conceito de Poder no âmbito das Relações Internacionais.

Para o Professor Adriano Moreira, o Poder nas relações internacionais pode ser definido como «o produto de recursos materiais e imateriais, que se integram à disposição da vontade política do agente, e que este usa para influenciar, condicionar, congrega, vencer, o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses» (Moreira, 1996, p. 197). Para o autor, o Poder «está sempre em exercício na vida internacional, (...) [e] é exercido por influência ou persuasão, ou pelo controlo» (Moreira, 1996, pp. 199, 200). Esta definição do Professor Adriano Moreira pode ser transportada para a questão do Ártico, onde verificamos que existem vários agentes (Estados, Organizações Internacionais) que se digladiam de forma a retirarem o maior proveito possível das oportunidades surgidas com o degelo do Ártico.

Em relação às características do Poder, Couto (1988) enumera-as da seguinte forma:

- O Poder é relativo, já que só faz sentido quando relacionado com outro;
- O Poder possui um carácter situacional, pois relaciona-se com os objectivos que se pretendem atingir;
- O Poder é subjectivo, já que o poder do actor está dependente da apreciação que os outros fazem dele;
- O Poder é personalizado, pois está dependente das qualidades de quem o exerce;
- O Poder não é convertível, o que significa que os recursos que lhe servem de base não podem ser comparados, substituídos ou compensados;
- O Poder apresenta uma característica multidimensional, significando que este não poderá ser examinado através de uma só capacidade, a análise terá que constituir todos os constituintes do Poder;
- O Poder é temporal, estando em constante evolução;
- O Poder apresenta-se como um instrumento para atingir um fim;
- O Poder apresenta neutralidade moral, o que o prende são os seus fins e objectivos.

Para finalizar a análise sobre o conceito de Poder e de forma a podermos apresentar uma sequência coerente para a operacionalização do conceito de Geopolítica, importa fazermos referência às forças capazes de gerar o Poder. Segundo Políbio de

Almeida, as forças capazes de gerar o Poder podem variar conforme «o tempo ou o lugar» (Almeida, 2012, p. 111). O autor refere que os complementos do Poder são vastos, no entanto elenca o território (geografia), recursos, população, capacidade (cultura & tecnologia) e a cultura como alguns dos «complementos de grandeza» (Almeida, 2012, p. 111) do Poder. Segundo o General Loureiro dos Santos, «os dois factores essenciais sempre presentes na disputa do Poder são: a demografia (quantidade e composição étnica e religiosa) e a geografia (espaço, circulação e recursos naturais)» (Santos, 2013, p. 2). Factores ou complementos como o território ou os recursos naturais terão um maior foco nesta dissertação, em função da análise dos recursos energéticos existentes na região do Ártico e das questões envolvendo a delimitação das fronteiras dos Estados da região.

O conceito de Geopolítica

A expressão geopolítica surgiu através do académico sueco Rudolf Kjellén em 1899. O autor sueco interessou-se pelas implicações que os atributos geográficos dos Estados e as características relativas à sua localização espacial tinham para o Poder político (Østerud, 1988). Para Kjellen, a geopolítica seria «a ciência do crescimento do corpo político» (Almeida, 2012, p. 145).

Segundo John Agnew, a geopolítica pode ser definida como «a análise dos pressupostos, denominações e entendimentos geográficos que estabelecem a definição da política mundial» (Agnew, 2003, p. 5). Para Saul B. Cohen, a Geopolítica é, por seu lado, definida como «a análise das interacções entre (...) as configurações e perspectivas geográficas e (...) os processos políticos» (Cohen, 2003, p. 12). Cohen nota, ainda, que «tanto as configurações geográficas, como os processos políticos são dinâmicos, sendo influenciados um pelo outro» (Cohen, 2003, p. 12). Nestas duas definições, introduzidas por dois autores contemporâneos da geopolítica, podemos vislumbrar dois pontos em comum: a análise dos vários elementos geográficos e do poder político, que surge caracterizado nas definições supramencionadas pelos «processos políticos» e pela «política mundial».

Acrescentamos, ainda, de acordo com o General Raúl Martins, que a Geopolítica será um estudo «orientado para as relações internacionais embora não omitindo questões relevantes da política interna (as que sofrem variações importantes devido à distribuição territorial) dedicando especial atenção ao que se relaciona com a geração, a

aquisição, e o emprego do Poder, tentando definir constantes tendências, limites e condicionamentos» (Martins, 1996, p. 36).

Para Østerud e Martins, a disciplina da Geopolítica está, então, associada à teoria realista das Relações Internacionais, já que enfatiza as variáveis espaciais como fontes de Poder e factores estratégicos, sempre centradas no Estado (Martins, 1996; Østerud, 1988). No entanto, Østerud denota a existência de outras teorias da Geopolítica que não se baseiam na ideia «das fronteiras formais dos Estados existentes» (Østerud, 1988, p. 199).

No âmbito do estudo que aqui desenvolvemos, partimos da operacionalização do conceito de Geopolítica segundo o qual a análise dos vários elementos geográficos supramencionados transporta-nos para o continuo degelo da região do Ártico, o acesso aos recursos naturais e a abertura das novas rotas marítimas. Os elementos geográficos, como vimos, associam-se aos processos políticos, representados pela interacção entre os vários Actores internacionais que têm como o objectivo principal o acesso aos recursos naturais e às rotas marítimas da região.

O conceito de Estratégia

Numa primeira fase, importará compreender o conceito de estratégia e, para isso, será necessário ter em conta a existência de uma multiplicidade de definições do termo. Este facto, que tem levado a uma discussão duradoura na comunidade académica (Ribeiro, 2010), decorre de uma certa «generalização do uso do termo» (Martins, 1984), ficando este «associado a inúmeras situações» (Ribeiro, 2010, p. 21), «quer no âmbito militar, quer no civil» (Couto, 1988, p. 195). No entanto, convém assinalar que, apesar da generalização do termo, é aceite que foi no contexto do estudo da guerra que surgiu originalmente o termo Estratégia (Ribeiro, 2010; Couto, 1988). Como notou Couto, nem os estudos da guerra se baseiam só na estratégia, nem a estratégia se cinge apenas à «guerra em acto» (Couto, 1988, p. 201). Para este autor, «a estratégia intervém em toda uma gama de acções destinadas a, em permanência, proporcionar a uma unidade política as melhores condições de segurança» (Couto, 1988, p. 201).

Iremos, nos próximos parágrafos, fazer referência a algumas definições do termo estratégia. Começemos por von Clausewitz que, decorrente do estudo da guerra, definiu

estratégia como «a utilização da batalha como meio para alcançar o objectivo de guerra» (Clausewitz, 1997, p. 157).

Raymond Aron, prosseguindo os estudos de Clausewitz, começa por definir estratégia na sua obra *Paz e Guerra entre as Nações* como «a condução geral das operações militares» (Aron, 1984, p. 36). O autor adianta na obra que a estratégia será sempre subordinada da política e que poderá ser considerada como «*l'art de vaincre aux moindres frais*» (Aron, 1984, p. 36).

Colin S. Gray, também no seguimento do pensamento de Clausewitz, definiu estratégia como «a ponte que relaciona o poder militar com o propósito da política» (Gray, 1999) completando com «o uso que é feito da força e da ameaça da força para os fins da política» (Gray, 1999, p. 17).

Para o General André Beaufre, estratégia pode ser definida como «a arte que permite independentemente de toda a técnica, dominar os problemas que em si origina todo o duelo, para justamente permitir empregar as técnicas com o máximo de eficácia (...) a estratégia é então a arte da dialéctica das vontades empregando a força para resolver o conflito» (Beaufre, 1985, p. 16).

O Comandante Virgílio de Carvalho define estratégia como «a arte e a ciência de conceber, desenvolver, organizar e utilizar meios para realizar objectivos, vencendo resistências e oposições» (Carvalho, 1986, p. 11). Assim, o autor refere que a estratégia está presente «com a mobilização de recursos para realizar objectivos num ambiente ou cenário hostil» (Carvalho, 1986, p. 11).

Segundo Yarger, a estratégia representa «o cálculo disciplinado de objectivos, conceitos e recursos dentro de limites aceitáveis de risco, de forma a criar resultados futuros mais favoráveis do que aqueles que existiriam caso fossem deixados ao acaso ou nas mãos de outros» (Yarger, 2006, p. 1).

O Almirante Silva Ribeiro define estratégia como «a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidade em ambiente de desacordo» (Ribeiro, 2010, p. 22).

Como referimos no início deste capítulo, o termo estratégia começou a ser associado a outros contextos, deixando de se restringir às movimentações militares. Um desses exemplos é a associação da estratégia à economia. Os precursores desta ideia foram John Von Neumann e Oskar Morgenstern que, na obra *Theory of Games and Economic Behavior*, entendem a estratégia como «os princípios gerais que regem as escolhas dos jogadores nos jogos da estratégia» (Neumann & Morgenstern, 1953, p. 49). Segundo Coutau-Bégarie, a principal diferença entre a estratégia tradicional e a economia reside no objectivo. Enquanto o objectivo da primeira é a destruição do inimigo, na segunda o objectivo passa pela suplantação da concorrência (Coutau-Bégarie, 1999). Couto nota, no entanto, que, apesar das diferenças, estratégia e economia acabam por estar interligadas, já que «a estratégia implica sempre atribuições e repartições de recursos, em que o ângulo económico não pode ser ignorado» (Couto, 1988, p. 82). O desenvolvimento das estratégias para o Ártico dos Estados da região, assim como os vários documentos publicados por parte das instituições da UE, implicam também «a atribuição e repartição de recursos» (Couto, 1988, p. 82) que Couto faz referência. Assim, concordamos com Couto, já que não se apresenta exequível dissociar a estratégia da economia.

Quanto ao ramo da estratégia empresarial, Ansoff refere que a criação desta se deveu ao «reconhecimento de que uma empresa deve ter um campo de atuação bem definido e uma orientação de crescimento, e que os objectivos por si sós não atendem a essa necessidade, sendo exigidas regras de decisão adicionais para que a empresa possa ter um crescimento ordenado e com lucros» (Ansoff, 1977).

Em suma, como foi possível observar, assistiu-se a uma evolução do conceito de estratégia que se veio a tornar mais geral, deixando assim de estar restrito ao campo estritamente militar. Com a excepção de Gray que, como vimos, apresenta uma definição na linha das propostas por Clausewitz e Aron, os autores contemporâneos da teoria da estratégia apresentam conceitos mais abrangentes da estratégia, como aquele apresentado pelo Almirante Silva Ribeiro.

Para Silva Ribeiro são seis os componentes do conceito de estratégia: ciência e arte; edificar, dispor e empregar; meios de coacção, meio e tempo, objectivos fixados pela política; superar problemas e explorar eventualidades; ambiente de desacordo. Destes seis, considera o autor, os três últimos componentes referidos apresentam-se

como pontos fulcrais para os Estados (Ribeiro, 2010). Será, pois, importante perceber cada um destes três componentes, que consideramos serem merecedoras de um maior desenvolvimento, por estarem associados ao comportamento que os Estados do Ártico têm vindo a seguir.

Nos objectivos fixados pela política, Silva Ribeiro refere que «a estratégia implica materializar (...), com recurso ao poder nacional, finalidades colectivas identificadas com precisão e designadas por objectivos nacionais», desenvolvendo que esta «contribui para o esclarecimentos dos fins da política, ajudando a estabelecer prioridades entre fins opostos e concorrentes» (Ribeiro, 2010, p. 38). O que significa que a estratégia exerce um papel de assistência, com a finalidade de encontrar a forma mais eficiente para cumprir os objectivos determinados pela política (Ribeiro, 2010).

No caso da componente que engloba a superação dos problemas e a exploração das eventualidades, o autor refere que, no caso dos problemas «o poder nacional é aplicado, tendo em vista provocar a evolução da situação no sentido desejado», enquanto que em relação às eventualidades «o poder nacional é aplicado tendo em vista provocar a evolução da situação no sentido desejado, aproveitando oportunidades (...), de forma a facilitar a materialização dos objectivos nacionais» (Ribeiro, 2010, p. 42).

Quanto ao ambiente de desacordo, Silva Ribeiro denota a existência de «actores contrários, dotados de vontade e capacidade, que dispõem de estruturas de comando habilitadas a tomar iniciativas e a reagir às acções realizadas, de forma a negar reciprocamente a materialização de objectivos nacionais divergentes» (Ribeiro, 2010, p. 45).

Todas estas componentes estão presentes nos comportamentos dos Estados do Ártico, estudados nesta dissertação (Rússia, Reino da Dinamarca e Noruega). As estratégias de cada um destes Estados visam a prossecução de uma série de objectivos, no sentido de serem aproveitadas as oportunidades garantidas, inadvertidamente, pelo degelo do Ártico.

Importa também referir que estes Estados representam os supramencionados actores concorrentes, que num ambiente de desacordo se manifestam através da tomada de decisão estratégica (Ribeiro, 2010). Segundo Charnay, a decisão estratégica «inscreve a orientação em função das atitudes relativas ao outro, de acordo com a

finalidade dos seus próprios valores» (Charnay, 1990, p. 172). No caso do Ártico, a existência de recursos naturais levou a que a região ganhasse uma nova importância, tornando-se, assim, imperioso para os Estados a criação de estratégias para uma defesa mais eficiente dos seus interesses. Note-se, ainda, que «nas relações internacionais interagem inúmeros actores, cada um dos quais possui objectivos políticos determinados pela defesa de interesses oriundos de múltiplas aspirações e desejos» (Ribeiro, 2010, p. 197). Sabendo que as dúvidas existentes quanto à delimitação de fronteiras no Ártico não se encontram completamente dissolvidas e que as «Elites decisoras estão conscientes do valor intrínseco dos recursos ali existentes e da relevância que a sua exploração pode representar» (Balão, 2013, p. 171), não será de «admitir que as mudanças de relacionamento entre os actores se processem em obediência a uma sequência perfeitamente lógica e racional» (Ribeiro, 2010, p. 197).

Segundo o Almirante Silva Ribeiro, a conjuntura das relações internacionais é fortemente influenciada pelos interesses que, a serem partilhados pelos restantes concorrentes, poderão levar a «posturas conciliáveis que admitem trocas ou cedências [ou a] posturas inconciliáveis que exigem esforços de defesa» (Ribeiro, 2010, p. 198). Em relação às situações da política externa em que é necessário o uso da força, estas dividem-se em «formas não violentas (persuasão), formas potencialmente violentas (intimidação ou dissuasão) e, finalmente, em formas violentas (coacção)» (Ribeiro, 2010, p. 198). Segundo Silva Ribeiro nas situações do uso da força, assistimos à relação de acção-reacção, já que «cada um dos actores é estimulado a responder de forma reactiva ao que o outro faz» (Ribeiro, 2010, p. 198).

Importa também fazer referência à distinção que o Almirante Silva Ribeiro faz sobre os processos de interacção estratégica. Para o autor, por um lado os processos conjuntivos caracterizam-se por relações de cooperação, acomodação e assimilação e «ajudam a perpetuar a ordem internacional estabelecida [e apesar da existência de] elementos disjuntivos, eles são minimizados pelo recurso à persuasão» (Ribeiro, 2010, p. 202) Por outro lado, os processos disjuntivos, que se dividem em relações de conflito, oposição e competição, alteram a ordem internacional estabelecida e os elementos conjuntivos são minimizados pelo uso da coacção (Ribeiro, 2010).

No caso do Ártico, os Estados têm modelado as suas acções de forma a não alterar a ordem estabelecida, remetendo-os para o uso dos processos conjuntivos,

mencionados anteriormente, da cooperação ou da acomodação (Couto, 1988). Poder-se-ia então afirmar que a diplomacia tem sido o instrumento que tem imperado na região. Segundo Couto, aceita-se a existência da diplomacia pura nas situações de cooperação e acomodação, no entanto «quando a acção diplomática recorre, em maior ou menor grau, a forças de pressão (económica, psicológica ou de outra natureza) (...) o que na realidade existe é uma estratégia diplomática» (Couto, 1988, p. 81).

1. A Geopolítica do Ártico

A temática e o conseqüente objecto de estudo da dissertação inclui-se nos estudos da geopolítica e da estratégia. Numa primeira fase, importa analisar o conceito das ciências em que se apoia esta dissertação. Segundo o IAEM¹, a geoestratégia representa «o estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objectivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego, de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica» (Dias, 2005, p. 172; IAEM, 1993, p. 172).

Num outro plano, importa invocar as teorias de alguns autores das ciências em questão, de forma a enquadrar o nosso objecto de estudo no II Ciclo de Estudos em Estratégia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Esta dissertação aborda a questão da geopolítica do Ártico em geral, mas terá que haver um foco especial no Oceano Ártico, por aí se encontrar a maior taxa de concentração de jazidas de petróleo e gás natural. O estudo do elemento marítimo na geopolítica remete-nos, naturalmente, para a obra do almirante norte-americano Alfred Mahan (1840-1914). O Almirante defendia que, para que uma frota possa navegar nos oceanos, necessita, em primeiro lugar, de deter de pontos de apoio, como portos ou bases (Mahan, 2007). Neste ponto, podemos transportar as ideias de Mahan para o caso do Ártico, fazendo uma analogia com o caso russo. A *Northern Fleet* representa grande parte do poder naval russo, encontra-se na Península de Kola e divide-se por várias bases navais e aéreas nas costas dos mares Branco e de Barents. A *Northern Fleet* tem sido alvo de um sério investimento nos últimos anos, tendo em vista a Estratégia russa para o Ártico (Wezeman, 2012). A ligação da teoria de Mahan ao recente desenvolvimento do poder naval russo do extremo norte poderia ser também transportada para outros casos, como o Canadá, a Noruega, ou a Dinamarca, que têm vindo a modernizar e a capacitar o poder naval em defesa dos seus interesses estratégicos no Oceano Ártico (Wezeman, 2012).

Ainda tendo em conta a região do Ártico, convém chamar a atenção para o conceito de *Shatterbelt*, regiões extremamente fragmentadas que funcionam como desestabilizadores globais e com fronteiras fluídas (Cohen, 2003, pp. 43,44). Este

¹ O Instituto de Altos Estudos Militares designa-se actualmente como Instituto de Estudos Superiores Militares.

conceito parece-nos poder ser equacionado e aplicado ao Ártico, já que a exploração dos recursos naturais e disputas na delimitação de fronteiras podem representar um foco desestabilizador a nível global, pois estão em jogo os interesses estratégicos de *Grandes Poderes*.

Consideramos, ainda, o contributo de Sir Halford Mackinder, pela relevância que é dada ao *Poder Terrestre* na sua obra. Por isso, este autor deverá também ser alvo de referência no estudo da geopolítica do Ártico e da Estratégia da Segurança Energética da União Europeia. Para Mackinder, o Ártico detinha uma importância diferente daquela que a região goza actualmente. A concepção da teoria de um *Estado Pivot*, um território de «imensas planícies asiáticas, que começam na Polónia e na Roménia (...) e vão até às longínquas paragens do Rio Armour, para além da Mongólia» (Almeida, 2012, p. 186), via o Ártico e o seu deserto gelado como uma das fortalezas que protegia a *área pivot* dos ataques do poder marítimo (Almeida, 2012). Esta concepção da região do Ártico está em transformação mas, em nosso entender, a importância que Mackinder deu ao território Euroasiático através da teoria do *Heartland*, por se tratar de um território auto-suficiente em termos de recursos naturais, não terá sido abandonada nem pela UE nem mesmo pelos Estados Unidos. Repare-se que, após o final da Guerra Fria, tanto os Estados Unidos, através da NATO, como a UE têm seguido uma política de alargamentos que os tem impelido cada vez mais para o leste da Europa (Balão, 2012). Além da política de alargamentos, também a estratégia energética da UE tem um foco especial nesta região do planeta. Note-se que, em 2012, 46.8% das importações de petróleo bruto para o território da União teve como origem Estados como a Rússia, Iraque, Cazaquistão ou Azerbaijão (Eurostat, 2014). Este dado revela que a fundamentação de Mackinder para a importância do *Heartland* continua actual no plano da importação de recursos naturais por parte da UE.

A importância da Eurásia, tal como acontece com Mackinder, surge também com Zbigniew Brzezinski (1997) como um ponto de extrema relevância. Segundo este autor, o *Eurasian Chessboard* que se estende de Lisboa a Vladivostok representa, ainda, o xadrez onde a luta pela primazia global continua a ser jogada (Brzezinski, 1997, pp. 31,32).

1.1. Caracterização do Ártico

O Ártico é definido pela comunidade científica como a região localizada acima do Círculo Polar Ártico, uma linha imaginária que circunda o globo a 66° 32' N (NSIDC, 2014a). Uma linha desenhada «a norte de uma latitude a que o sol não surge no horizonte no solstício de inverno e não se põe no solstício do verão» (Hassol, 2004, p. 4). Por se tratar de uma definição algo simplista da região, poderá ser susceptível de sofrer pequenas alterações, já que os limites da região «baseiam-se em características físico-geográficas ou em considerações políticas e administrativas de países diferentes» (AMAP, 2014). De forma a demonstrar esta multiplicidade de limites geográficos para a região, importa dar os exemplos do *Arctic Monitoring and Assessment Programme* e do *Arctic Human Development Report*. Estes dois grupos de trabalho delimitam a região distintamente «com o intuito de estabelecer limites geográficos para o seu trabalho (...) [tendo criado] linhas fronteiriças no mapa circumpolar que seriam relevantes para o seu mandato» (UArctic, 2014).

Imagem 1: Delimitação do Ártico



Fonte: (Conselho do Ártico, 2011)

O Ártico dispõe de uma área que «cobre aproximadamente 6% da superfície do planeta Terra, sendo habitada por cerca de quatro milhões de pessoas, incluindo populações indígenas que habitam a região há cerca de dez mil anos» (UK Parliamentary Office of Science and Technology, 2009, p. 1). Em termos gerais, o Ártico é caracterizado pelo «clima rigoroso com variações extremas de luz e

temperatura, verões curtos, cobertura extensa de neve e gelo e grandes áreas de *permafrost*» (AMAP, 1997, p. 7).

O Oceano Glacial Ártico encontra-se no centro da região e caracteriza-se por ser composto na sua «superfície central por uma calota de gelo perene que, em média, é de cerca de 3 metros de espessura» (CIA, 2013). Durante os meses do Verão, a camada de gelo é rodeada por mares abertos, porém com as baixas temperaturas do Inverno o seu tamanho mais que duplica, estendendo-se até à superfície continental (CIA, 2013). Apenas cinco Estados são banhados pelo Oceano Ártico - Canadá, Dinamarca (Gronelândia), Noruega (Svalbard), Rússia e os Estados Unidos da América – tendo uma linha de costa de cerca de 45,389 km (CIA, 2013). No entanto, podemos considerar, segundo os limites sugeridos pelas organizações referidas supra, que Estados como a Islândia, Suécia e Finlândia, apesar de não serem banhados pelo Oceano Ártico, também estão incluídos na região.

1.2. Alterações Climáticas

Existe um consenso alargado entre a comunidade científica que considera que, nos últimos cinquenta anos, as actividades humanas - como a queima de combustíveis fósseis e a limpeza de terras – terão contribuído fortemente para que a temperatura média global do planeta tenha subido cerca de 0.6°C e a concentração de dióxido de carbono na atmosfera tenha aumentado cerca de 35% (Hassol, 2004).

Em relação ao Ártico crê-se que os efeitos das alterações climáticas na região sejam entre 1,5 a 4,5 vezes superiores à média do planeta e que a subida da temperatura média na região tenha sido quase o dobro daquela que se registou no resto do mundo, nas últimas décadas (Holland & Bitz, 2003; Hassol, 2004). Comparativamente ao resto do planeta, a região do Ártico parece estar mais exposta aos efeitos do aquecimento global e este facto poderá estar relacionado, em parte, «ao ângulo mais agudo com que os raios solares atingem a região polar durante o verão e pelo facto da água em estado líquido absorver muito mais radiação, do que no seu estado sólido (Borgerson, 2008).

Na realidade, nas últimas décadas, os efeitos das alterações climáticas no Ártico têm sido de acessível visibilidade, segundo Comiso & Hall:

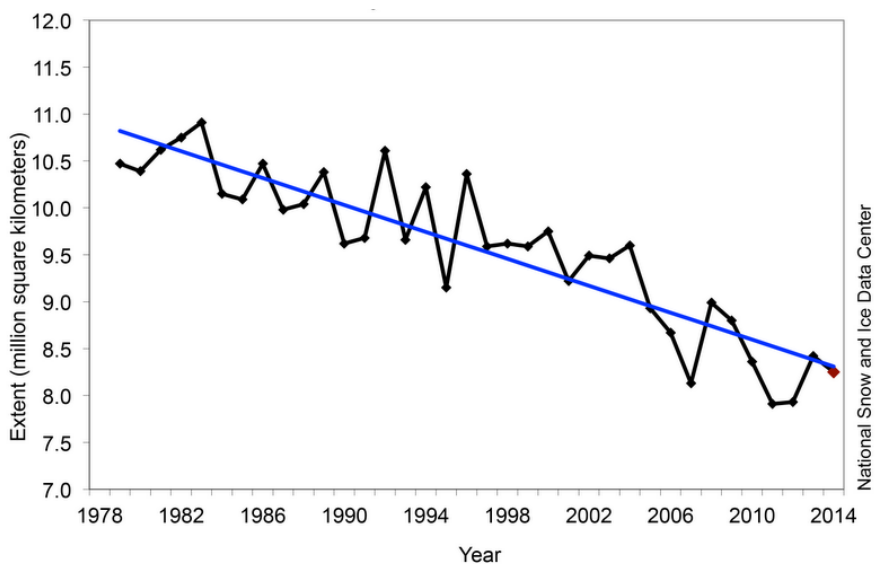
«The sea ice and snow cover and the mountain glaciers in the Northern Hemisphere (NH) are declining and retreating, the ice sheet in Greenland has been

losing mass and the permafrost in parts of North America and Eurasia has been increasing in temperature, and even thawing in some areas» (Comiso & Hall, 2014, p. 389).

Em trinta anos foi possível concluir, através da observação de imagens via satélite, que a extensão do gelo na região teve um declínio de cerca de 11.7% por década no Verão e de 2.7% no Inverno, o que levou a que, em Setembro de 2007 e 2008, as áreas de gelo no Oceano fossem as menores desde que há registo (UK Parliamentary Office of Science and Technology, 2009).

Na Imagem 2, abaixo, é possível observar a queda gradual da extensão do gelo do Oceano Ártico. Repare-se que, em Julho de 2007, a extensão do gelo sofreu uma diminuição assinalável se compararmos com a média calculada no período 1979-2000, tendo a extensão mínima de gelo sido atingida nos anos 2011-2012. Segundo o NSIDC «a taxa linear mensal de declínio para Julho é de 7.4% por década» (NSIDC, 2014b). Este dado demonstra o degelo assinalável a que se tem vindo a assistir na região do Ártico:

Imagem 2: Média da Extensão do Gelo Marinho (1978-2014)



Fonte: (NSIDC, 2014b)

1.3. Recursos Energéticos e Rotas Marítimas

Como foi possível observar, estamos a assistir a um desaparecimento progressivo da massa gelada que cobre o Ártico. O degelo provocará uma série de efeitos nada favoráveis para a região e para o planeta, como por exemplo a extinção de espécies que afectará, por sua vez, as populações indígenas que delas dependem para a sua sobrevivência. Por outro lado, o desaparecimento do gelo criará uma série de novas oportunidades para os actores internacionais. De entre destas oportunidades podemos destacar a abertura de novas rotas marítimas e o acesso a recursos naturais, como a pesca, recursos minerais e os recursos energéticos. Por fazer parte do objectivo geral desta dissertação, a análise dos recursos energéticos – petróleo e gás natural – será, naturalmente, alvo de um maior desenvolvimento. Também analisaremos a questão da abertura de novas rotas marítimas, por serem importantes para a exploração e produção de hidrocarbonetos.

1.3.1. Recursos Energéticos

Antes de passarmos à análise dos estudos que fazem crer que a região do Ártico apresenta um potencial assinalável ao nível dos recursos energéticos, importa alertar que as estimativas das reservas de petróleo e gás natural envolvem uma incerteza, que está ligada à confiabilidade dos dados geológicos e de engenharia, assim como à interpretação destes dados (Jørgensen-Dahl, 2010a). Os diferentes níveis de incerteza quanto às estimativas das reservas remetem-nos para a sua categorização. Assim, em relação às reservas de hidrocarbonetos, estas podem ser separadas em *proved reserves* e *unproved reserves*. A distinção entre as duas categorias provém do nível de incerteza quanto à probabilidade de extracção dos hidrocarbonetos. Se, no caso das *proved reserves*, remete para a «quantidade estimada, a uma data específica, cuja análise dos dados geológicos e de engenharia, demonstram com uma certeza razoável que depósitos conhecidos serão recuperáveis (...) sob condições económicas e operacionais» (Europe's Energy Portal, 2014), já as *unproved reserves* detêm um nível de incerteza superior quanto à sua recuperabilidade e por isso são por vezes usadas pelos governos e pelas companhias petrolíferas para planeamentos futuros (Jørgensen-Dahl, 2010a).

Em relação à categorização de petróleo, esta varia de autor para autor ou organização. Por um lado, para McGlade, o petróleo poderá ser dividido em três tipos: petróleo convencional, petróleo não-convencional e líquidos não convencionais

(McGlade, 2012). Por outro lado, a Agência Internacional de Energia (AIE), só reconhece dois grupos: o petróleo convencional, que inclui o petróleo bruto e o gás natural líquido e líquidos condensados; e o petróleo não convencional, que envolve as areias petrolíferas, petróleo extrapesado, líquidos de gás e outros líquidos (AIE, 2014a). Já em relação às definições de petróleo convencional e não convencional, estas também variam dependendo do autor, no entanto poderemos afirmar que o petróleo convencional será mais fácil e mais barato de extrair (AIE, 2014a; McGlade, 2012). Segundo McGlade, o petróleo não-convencional requer tecnologias de produção não-convencionais para a sua extracção, sendo assim mais caro (McGlade, 2012).

McGlade propõe cinco categorias para o petróleo convencional: *reserves*, *reserve growth*, *undiscovered oil*, *Arctic oil*, and *light tight oil*. Destas cinco importa destacar duas, que serão importantes no desenvolvimento desta dissertação: *undiscovered oil* e *Arctic oil*. *Undiscovered Oil* ou *Undiscovered resources* referem-se a «recursos que se consideram, por conhecimento e teoria geológica, encontrarem-se fora dos campos conhecidos» (Schmoker & Klett, 2010). McGlade não considerou o petróleo do Ártico como fazendo parte do petróleo por descobrir ou *Undiscovered Oil* por não haver um historial de produção em que se pudesse basear. Repare-se que o autor separa o petróleo que já se encontra em produção acima dos 66° de latitude, do petróleo por descobrir que surge nos recentes estudos que teremos oportunidade de analisar (McGlade, 2012).

O contínuo degelo da calote glacial Ártica veio permitir a descoberta e o acesso a novas jazidas de petróleo e gás natural que se julgava serem inatingíveis. No entanto, a descoberta de jazidas de petróleo na região data da década de '60 do século passado, com a descoberta da jazida de *Tazovskoye* na Rússia e da jazida de *Prudhoe Bay* no Alasca (Ernst & Young, 2013). Importa fazer uma referência especial a esta última jazida, por se tratar da maior jazida de petróleo da América do Norte e por produzir petróleo desde a década de '70 do século XX. A BP é a empresa responsável pela produção nesta jazida que já ultrapassou os 12 mil milhões de barris de petróleo (Sanyal, 2013).

Desde a década de 1960 aproximadamente sessenta e uma grandes jazidas de petróleo e gás natural foram descobertas dentro do Círculo Polar Ártico: quarenta e três na Rússia, seis no Alasca, onze no Canadá e uma na Noruega. Saliente-se que, das

sessenta e uma jazidas referidas, apenas quinze não iniciaram a produção (Budzik, 2009). Actualmente, a produção de petróleo e gás natural incide maioritariamente no Alasca e no Norte da Rússia. Estas duas regiões englobam cerca de 97% da produção total de gás e petróleo no Ártico (Lindholt, 2009).

Os estudos realizados pelo *U.S. Geological Survey* (USGS) têm sido importantes para se compreender o potencial do Ártico em termos de jazidas de petróleo e gás natural. A análise do USGS, realizada em 2008, compreendeu apenas os recursos que se admite serem recuperáveis através da tecnologia actual e concluiu que «das 33 províncias examinadas a norte do Círculo Polar Ártico, estimou-se que 25 teriam uma probabilidade igual ou superior a 10% de conter pelo menos uma acumulação significativa de petróleo» (Bird, et al., 2008, p. 1).

Como é possível concluir a partir do que atrás foi referido, grande parte das províncias geológicas do Ártico (33 de 25) teria a probabilidade de deter jazidas de petróleo ainda por descobrir e, por isso, foram alvo de um estudo quantitativo. Quanto aos cálculos finais das regiões estudadas, o estudo revela que «84% do petróleo e gás natural por descobrir encontram-se *offshore*, estimando-se que a média total de petróleo convencional e gás por descobrir perfazem aproximadamente 90 mil milhões de barris de petróleo, 47.3 biliões de gás natural (m³) e 44 mil milhões de barris de gás natural líquido» (Bird, et al., 2008, p. 4).

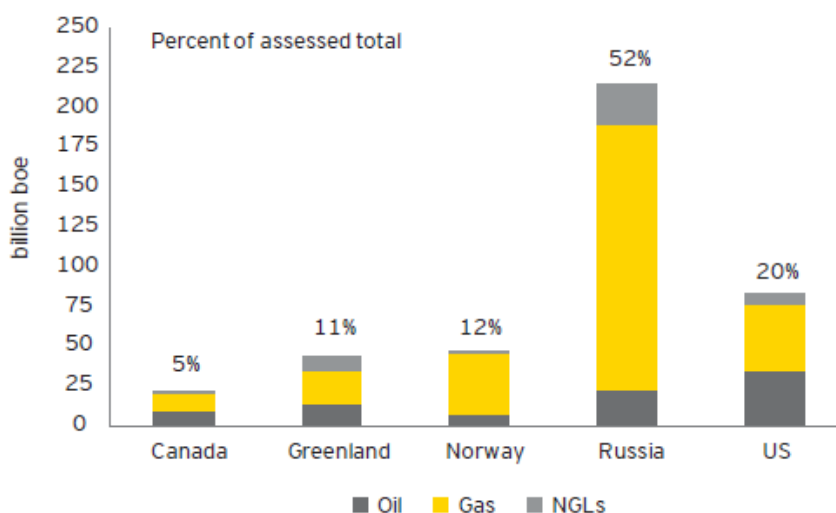
Com o acesso a estes quantitativos é possível «estimar que, dos hidrocarbonetos não descobertos no mundo, 13% de petróleo, 30% de gás natural e 20% de gás natural líquido possam ser encontrados no Ártico» (Lorenz, 2013, p. 1). Estes números demonstram a importância que a região pode ter a nível da exploração de recursos energéticos e justificam a aposta incisiva que os Estados da orla do Ártico têm feito na região.

No que toca à distribuição geográfica dos hidrocarbonetos, estima-se que «mais de 70% do petróleo por descobrir se encontra na região ártica do Alasca, na Bacia da Amerásia, na Bacia de Rift da Gronelândia Leste, na Bacia Oriental do Barents e na Gronelândia Ocidental/Leste do Canadá» (Bird, et al., 2008, p. 4). Por outro lado, a distribuição de gás natural parece estar mais concentrada, já que as estimativas demonstram que «70% do gás natural por descobrir se encontra em três províncias:

Bacia Ocidental da Sibéria, na Bacia Oriental do Barents e na região Ártica do Alasca» (Bird, et al., 2008).

A Imagem 3 resulta dos cálculos da empresa Ernst & Young, baseados nos dados facultados pelo estudo da USGS e da Agência de Informação de Energia do EUA (EIA) (Budzik, 2009) e revela a distribuição por Estados das estimativas dos recursos energéticos. Segundo estes cálculos, «é estimado que a Rússia detenha mais de metade do total de recursos do Ártico (...), contendo também o maior quantitativo de gás natural, sendo que a maior concentração de petróleo encontra-se no Alasca»² (Ernst & Young, 2013, p. 3).

Imagem 3: Recursos Potenciais de Petróleo e Gás Natural no Ártico (total de recursos avaliados: 412 mil milhões de barris de petróleo equivalente)



Fonte: (Ernst & Young, 2013)

Um outro estudo a ter em conta foi realizado em 2007 pelas empresas *Wood Mackenzie* e *Fugro Robertson* e demonstra um cenário mais modesto em relação à concentração de hidrocarbonetos do que aquele que foi indicado pelo estudo do USGS. Segundo este estudo, o Ártico possui um potencial em termos de recursos energéticos de cerca de 178 mil milhões de barris equivalentes a petróleo, sendo que 74% deste valor é referente a gás (Smith, 2007). Esta diferença de valores resulta do método de análise utilizado em cada um dos dois estudos. Por um lado, o estudo *Fugro Mackenzie*

² Importa referir que o exercício da Ernst & Young não implica que os Estados referidos possuam soberania territorial sobre as províncias que lhe estão associadas, questão que desenvolveremos no subcapítulo da governança do Ártico, mais adiante nesta dissertação.

excluiu todos os recursos avaliados como inviáveis a nível económico (McGlade, 2012). Por outro lado, a avaliação da USGS «não incluiu considerações económicas nas estimativas iniciais e os resultados foram apresentados sem referir os custos de exploração e de desenvolvimento» (Bird, et al., 2008, p. 1), o que significa que este estudo incluiu todos os recursos «independentemente do seu potencial económico» (McGlade, 2012, p. 266).

1.3.2. Novas rotas marítimas

Uma outra oportunidade que pode ser aproveitada com o degelo do Ártico é a exploração de novas rotas marítimas: a “*Northwest Passage*” ao longo da costa do Canadá e a “*Northeast Passage*” na costa russa. A primeira criaria uma rota alternativa entre o Atlântico e o Pacífico sem a necessidade de atravessar o Canal do Panamá e a segunda criaria uma ligação entre a Europa e a China, que diminuiria a passagem tradicional pelo Canal do Suez em 40% (UK Parliamentary Office of Science and Technology, 2009).

Para além destas rotas possibilitarem a poupança de tempo e combustíveis para quem as utilizar, assumem também uma importância capital devido ao desenvolvimento da exploração mineira e de hidrocarbonetos na região. O crescimento destas indústrias na região vai aumentar, naturalmente, a necessidade de transporte de matérias-primas e mercadorias e, com estas novas rotas, o transporte poderá ser realizado mais rapidamente e a mais baixos custos.

No entanto, subsistem ainda várias questões que suscitam dúvidas quanto à utilização destas rotas. Em primeiro lugar, o gelo e as temperaturas tornam as viagens impraticáveis durante o Inverno, tendo o transporte de ser feito durante a Primavera, havendo sempre a dúvida relativamente ao mês em que o gelo abrirá, tornando possível a viagem. Mesmo com a passagem livre, o alto mar no Ártico nunca deixa de significar uma travessia perigosa devido aos fragmentos de gelo e icebergues que se encontram à deriva no Oceano e que poderão causar sérios estragos às embarcações. O aumento de tráfego significará também um aumento da poluição na região e, como já foi referido anteriormente, por ser uma região extremamente frágil, a questão ambiental será sempre relevante. Por fim, a não existência de serviços de busca e salvamento nas proximidades representa também uma questão relevante, já que no caso de qualquer incidente com

uma embarcação o salvamento seria moroso, não estando assim garantida a segurança dos tripulantes e das embarcações.

Actualmente, a passagem pela costa russa parece estar mais perto de ser economicamente viável, já que o gelo está a desaparecer mais rapidamente no lado russo. Os russos já iniciaram a utilização da rota, sendo que o trajecto «em 2011 foi navegável durante 141 dias (com a escolta de quebra-gelo) e o número de embarcações a explorarem a rota estão a aumentar» (Lorenz, 2013, p. 1). Tem-se notado um aumento considerável desde 2010 das embarcações a completar a rota, sendo que em 2010 só seis embarcações o fizeram e no ano de 2012 já 46 navios completaram a viagem (Lorenz, 2013).

Em suma, estas novas rotas marítimas poderão significar um desenvolvimento importante do transporte e do comércio nos eixos Atlântico-Pacífico e Europa-Ásia. No entanto, apesar do potencial estratégico das novas rotas marítimas, ainda só a rota que faz o trajecto pela costa russa começa a ter actividade mais expressiva. Como foi referido, o progresso neste campo tem sido lento por causa do clima e também porque os custos adjacentes à sua navegação não compensam o risco corrido, sendo para já prematuro tentar compreender se estas rotas estarão completamente disponíveis num futuro próximo.

1.4. Governança do Ártico

A questão da Governança do Ártico trata-se de uma situação complexa, já que nos estamos a referir a uma região que, à parte da fauna lá existente, pouco interesse tinha a nível internacional há pouco mais de uma década. No entanto, como foi possível observar ao longo deste capítulo, a situação no Ártico mudou com o aquecimento global e com as novas oportunidades que daí advieram. Poder-se-ia pensar, numa primeira análise, que nenhum Estado ou Organização Internacional possuiria soberania sobre a região do Ártico, como acontece no Antártico, tratando-se assim de um *Global Common* (Balão, 2013). No entanto, as duas situações são bem distintas, significando que a região do Ártico nem é um *Global Common* nem existe qualquer tipo de Tratado semelhante ao Tratado do Antártico de 1959 (Dodds, 2010b). Considerando o que está em jogo e não havendo nenhum tratado específico para a situação do Ártico, é natural que surjam disputas territoriais entre os Estados da região (Balão, 2013; Isted, 2009).

Apesar de não haver nenhum tratado específico para o Ártico, podemos afirmar que existe um quadro jurídico internacional que se pode aplicar ao Ártico.

Em primeiro lugar, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) de 1982 estabelece a norma geral para todas as actividades marítimas (UNCLOS, 1982) e, como a Rússia, os Estados do Ártico têm recorrido a este organismo de forma a estenderem as suas plataformas continentais o que, no entanto, «pode revelar, no final, uma sobreposição de reivindicações» (Balão, 2013, p. 81). Importa, também, fazer referência ao facto de que os Estados Unidos assinaram mas ainda não ratificaram o documento da UNCLOS, o que tem levado a que os acordos bilaterais surjam como alternativa para a delimitação das Zonas Económicas Exclusivas (ZEE).

A Noruega e a Rússia são um exemplo neste tipo de acordos. Num documento da Assembleia Parlamentar da NATO, que se refere a um seminário sobre as mudanças do Ártico e as implicações para a Aliança, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Jonas Gahr Støre referiu que os dois Estados tinham alcançado um acordo quanto à delimitação de uma área disputada no Mar de Barents (Støre, 2011). Este tratado demonstra como os Estados têm resolvido as suas disputas, sempre com o objectivo de manter o cenário de baixas tensões que se podem observar no presente, embora seja inevitável, por vezes, alguma crispação entre os Estados.

Neste momento, duas das disputas na região do Ártico que ainda se encontram por resolver são a Ilha Hans e a Dorsal de Lomonosov. A primeira é disputada pelo Canadá e Dinamarca (Gronelândia). A 11 de Abril de 2012, os dois Estados admitiram a ideia de dividir a ilha de 1,3 km², no entanto o acordo ainda não foi finalizado. O segundo caso, que está relacionado com a questão da colocação da bandeira russa, é causa das divergências entre o Canadá e a Rússia, que reclamam que a dorsal é uma extensão da sua plataforma continental. Além dos dois Estados já referidos, também a Dinamarca (Gronelândia) reivindica para si a dorsal. Os Estados Unidos contrariam a razão apresentada pelos Estados, definindo a dorsal como uma dorsal oceânica e por isso não se trata de uma extensão da plataforma continental (Stimson, 2013).

Importa, por fim, fazer referência ao Conselho do Ártico, criado em 1996, pelo Canadá, EUA, Rússia, Noruega, Dinamarca, Suécia, Islândia e Finlândia. Formado com a Declaração de Otava, o Conselho do Ártico trata-se de um:

«(...) *high level intergovernmental forum to provide a means for promoting cooperation, coordination and interaction among the Arctic States, with the involvement of the Arctic Indigenous communities and other Arctic inhabitants on common Arctic issues, in particular issues of sustainable development and environmental protection in the Arctic*» (Conselho do Árctico, 2011).

Como é possível perceber pela definição do Conselho do Árctico, para além dos oito Estados-membros, também as comunidades indígenas têm lugar no fórum, com o estatuto de participantes permanentes. Em 2013, o Conselho do Árctico garantiu a seis Estados o estatuto de Estados observadores: China, Índia, Japão, Coreia do Sul, Singapura e Itália (Myers, 2013). Este facto demonstra que o interesse na região não se esgota nos Estados do Árctico, tendo transbordado para lá do Círculo Polar. Apesar do Conselho do Árctico não ter qualquer tipo de autoridade a nível da delimitação de fronteiras, tem vindo a ser bem-sucedido na sua estratégia de desenvolvimento de uma identidade regional e na definição de uma agenda para a região (Balão, 2013).

2. Desafios à produção de hidrocarbonetos no Árctico

Apesar do potencial que a região do Árctico possui no âmbito da exploração de recursos energéticos, existem algumas questões que têm impedido um maior incremento da construção de plataformas *offshore*, onde existe uma maior concentração de hidrocarbonetos.

Em primeiro lugar, verifica-se a existência de uma série de questões políticas que impedem um maior investimento na região. Segundo Offerdal, o investimento no território norueguês, por exemplo, garante uma maior segurança às empresas multinacionais que lá investem do que se o investimento tiver lugar em território russo. A autora justifica esta comparação com o facto de «a renacionalização do sector de energia efectuada pelo governo russo, que impede que as empresas estrangeiras detenham participação em campos *offshore*, aliada à corrupção generalizada» (Offerdal, 2009, p. 166) levar a que os altos impostos que se praticam na Noruega e a menor concentração de hidrocarbonetos no território destes pareçam, ainda assim, uma melhor opção.

Existem também restrições a nível tecnológico que impedem que os Estados ou empresas consigam explorar os recursos energéticos da região. O Árctico é ainda uma

região pouco estudada e as rápidas transformações que estão a suceder impedem uma caracterização mais pormenorizada das suas particularidades. Para além deste facto, a tecnologia existente actualmente ainda não permite a exploração plena dos recursos por não estar preparada para a hostilidade do ambiente da região. Para Offerdal, «a adaptação da tecnologia à região do Ártico é um desafio que será moroso para a indústria petrolífera ultrapassar» (Offerdal, 2009, p. 168).

Outro ponto que torna a exploração de recursos naturais no Ártico um desafio é o clima da região. Apesar do aquecimento do planeta e do degelo das calotes do Ártico, o clima da região permanece inóspito. No Ártico continuamos a assistir a temperaturas negativas, poucas horas de luz durante uma parte longa do ano, fazendo com que a exploração só possa ocorrer durante quatro meses do ano, devido aos invernos rigorosos da região e a icebergues errantes que podem danificar as sondas de perfuração (Swartz, 2010).

Por fim, a questão ambiental representa outro obstáculo à exploração dos recursos energéticos existentes na região. O desenvolvimento da indústria petrolífera - em particular das plataformas *offshore* - resultará num aumento natural da poluição que, conseqüentemente, aumentará os riscos para o ambiente marinho da região (Fidler & Noble, 2012). Como é possível depreender pelas já referidas transformações que a região está a sofrer fruto do aquecimento do planeta, o Ártico é uma região extremamente frágil. A exploração excessiva de recursos energéticos representa uma ameaça para o ambiente da região, o que faz com que «o desenvolvimento da indústria petrolífera encontre a oposição das agências ambientais, que detêm uma influência crescente na Comunidade Internacional» (Offerdal, 2009, p. 168). Para além deste facto, o derramamento de petróleo no Golfo do México em 2010 fez com que a Comunidade Internacional tenha vindo a questionar as vantagens das actividades *offshore* de extracção de recursos energéticos e a carência de planeamento e os processos de avaliação de impacto ambiental (Fidler & Noble, 2012).

Em suma, foi possível notar que o Ártico representa uma importante fonte de recursos energéticos para os Estados da região. No entanto, como o estudo do *U.S. Geological Survey* demonstrou, a maior concentração destes recursos encontra-se no mar. Este facto, aliado às já referidas condições hostis que o clima do Ártico provoca, tem sido um obstáculo para um maior aproveitamento dos recursos energéticos que a

região contém. Estes obstáculos levarão alguns anos a serem ultrapassados mas não pode ser negado que este é um dos pontos principais que faz com que o Ártico esteja na agenda internacional.

3. Estratégia Energética da União Europeia

A Estratégia Energética da UE foi actualizada em 2010 com a Comunicação da Comissão Europeia (CE): “Energia 2020: Estratégia para uma energia competitiva, sustentável e segura.” Neste documento a Comissão assumiu a prossecução de uma série de metas a cumprir até 2020. Estas metas envolviam a:

«Realização de uma Europa energeticamente eficiente; Construção de um mercado da energia verdadeiramente pan-europeu e integrado; Capacitação dos consumidores e garantia do mais elevado nível de segurança intrínseca e extrínseca; Alargamento da liderança da Europa no domínio das tecnologias energéticas e da inovação; Reforço da dimensão externa do mercado da energia da UE.» (Comissão Europeia, 2010, p. 6).

Das cinco prioridades referidas pela Comissão, importará destacar três que serão alvo de um escrutínio mais rigoroso neste capítulo, por estarem coligados com a questão da diversidade de fornecedores, que é fulcral na realização desta dissertação. Em primeiro lugar, como será possível observar neste capítulo, a questão da criação da política energética comum (ou a falta dela) tem criado alguns dissabores à UE, consequência da sua dependência no fornecimento energético vindo da Rússia. Em segundo lugar, dentro da referida segurança intrínseca e extrínseca importa destacar a grande dependência na importação de hidrocarbonetos para a produção de energia na UE. Finalmente, destacamos a necessidade da UE em alargar o seu rol de fornecedores energéticos e de rotas de trânsito, factos que serão de alvo de especial aprofundamento neste capítulo.

Assim, neste capítulo iniciaremos a análise dos principais fornecedores de petróleo e gás natural da UE, passando depois para o estudo sobre os principais riscos para a segurança energética da UE.

3.1.Principais fornecedores de petróleo e gás natural

A relação da UE com os fornecedores de hidrocarbonetos revela-se primordial, de forma a assegurar o normal fornecimento de petróleo e gás natural para os Estados-Membros da UE. Importa destacar que «a UE importa mais de 60% do seu gás e mais de 80% do seu petróleo» (Comissão Europeia, 2011a) que, associado ao facto de que, em 2008, «o petróleo, gás natural e carvão perfaziam cerca de 80% do total de energia consumida na UE» (Belkin, 2008) revela uma dependência assinalável na importação deste tipo de produtos. Assim, importa fazer referência aos principais Estados fornecedores de hidrocarbonetos para a UE. De forma a uma melhor condensação da análise, certos Estados serão incluídos em organizações, para uma leitura menos dispersa dos fornecedores energéticos da UE.

3.1.1. Rússia

Em primeiro lugar, importa fazer referência ao Estado russo, um dos principais produtores mundiais de petróleo e gás natural. A Rússia depende fortemente das suas exportações energéticas e o seu crescimento económico depende largamente da produção de petróleo e gás natural e dos elevados preços que impõe aos seus clientes por esses produtos (U.S. Energy Information Administration, 2014a). Apesar de ser suplantado a nível de reservas de petróleo por Estados como o Canadá, Venezuela e alguns do Médio-Oriente (Arábia Saudita, Kuwait, Iraque e Irão), no plano da produção de petróleo a Rússia foi, em 2013 o segundo maior produtor de petróleo, sendo só ultrapassada pela Arábia Saudita (BP, 2014a). Quanto ao gás natural, em 2013 a Rússia foi também o segundo maior produtor mundial, desta vez com valores de produção inferiores aos Estados Unidos da América (BP, 2014a).

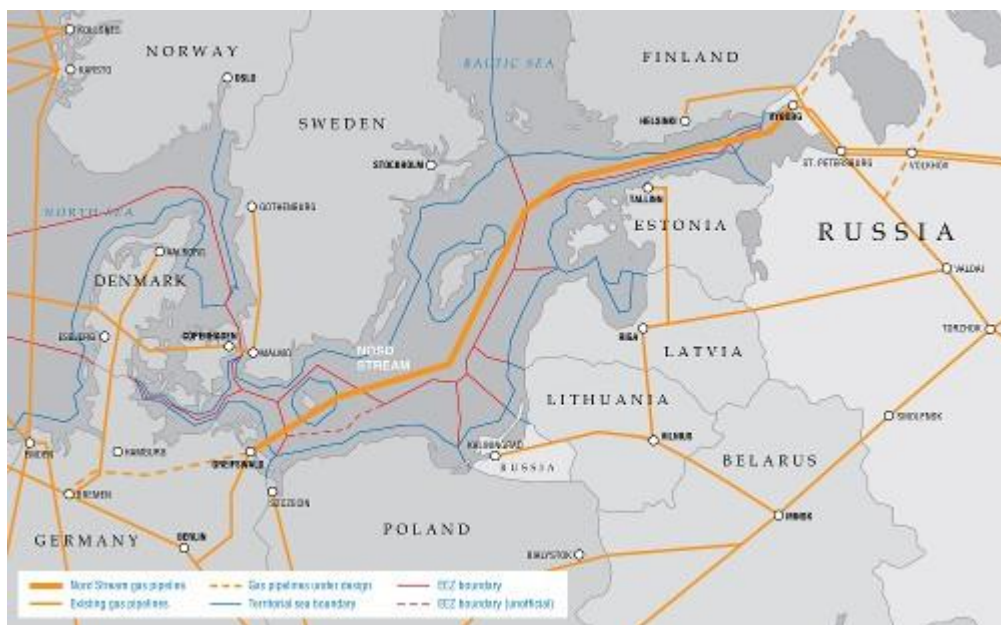
Segundo dados do Eurostat do ano 2012, a Rússia assume um papel de liderança no fornecimento de petróleo e gás natural para o território europeu. No plano de importações de petróleo bruto, a parcela originária da Rússia compreende cerca de 33.7% do total referido (Eurostat, 2014). Quanto ao gás natural, a UE importou da Rússia uma fracção de 32% do total de importações (Eurostat, 2014), que apesar de representar uma descida considerável, face aos 45.1% que se registavam em 2003, é ainda uma percentagem considerável (Ferreira, 2014).

Como foi possível observar, pelos valores supra-referidos, a UE apresenta uma dependência assinalável dos hidrocarbonetos russos, embora perdesse uma relação de reciprocidade ou de interdependência e de cooperação nas relações entre a UE e a Rússia. No plano do comércio de petróleo bruto, segundo dados da Agência Internacional de Energia datados de 2012, se considerarmos os quinze maiores Estados importadores do petróleo russo, só três Estados (China, Japão e Bielorrússia) é que não são Estados-membros da UE, destacando-se a Alemanha e os Países Baixos como os dois principais importadores (U.S. Energy Information Administration, 2014a). Para além da importação de petróleo bruto, a UE importa também volumes significativos de outros produtos refinados, que somados à importação do petróleo bruto perfazem um total de 64% do valor total de todas as exportações russas para a UE (Oettinger & Novak, 2013). O volume das importações de petróleo bruto e produtos derivados faz com que «UE e Rússia mantenham uma relação de cooperação na indústria petrolífera, fazendo com que as empresas europeias estejam activas no sector russo de produção, enquanto que as empresas russas estão presentes no mercado europeu de refinaria e de marketing/venda» (Oettinger & Novak, 2013, p. 17).

O comércio de petróleo bruto e produtos derivados entre a UE e a Rússia apresenta volumes assinaláveis, como foi possível observar anteriormente. Já no plano das exportações de gás natural, os volumes são inferiores, o que no entanto não implica que a importância do comércio de gás natural seja inferior ao do petróleo, sucedendo exactamente o oposto. As exportações de gás natural russo para a UE apresentam uma importância capital. Em primeiro lugar, a «grande dependência de alguns Estados-membros, [como os Estados do Báltico] e de alguns Estados pós-comunistas cria algumas dúvidas à segurança energética [da União Europeia]» (Bilgin, 2009). Em segundo lugar, a questão da dependência face ao gás natural russo é agravada pelo modo de transporte do gás. Se o transporte do petróleo russo é variado, já que «apenas 30% do petróleo russo chega à Europa através do *Druzhba pipeline*, a maioria é transportado por via marítima para os portos no Mar Báltico (*Primorsk* e *Ust-Luga*) ou no Mar Negro (*Novorossiysk*)» (Comissão Europeia, 2014a). No caso do gás natural isso não acontece, havendo primazia para o transporte via gasoduto. Numa primeira análise, este facto não se apresentaria como um problema, mas a questão adensa-se devido à influência de terceiros Estados ou de Estados de trânsito. O caso mais flagrante é o ucraniano pois, em Janeiro de 2006 e 2009, o fornecimento de gás da Rússia à

Ucrânia foi interrompido devido a divergências entre o Kremlin e o governo de Kiev, fazendo com que vários Estados-membros da UE fossem atingidos pela suspensão do abastecimento. Repare-se que em 2009 cerca de 80% do gás natural destinado à UE era transportado através de gasodutos que passavam pela Ucrânia (Ferreira, 2014). Para atenuar a questão da Ucrânia como Estado de trânsito, muito contribuiu a construção do *Nord Stream*, um projecto desenvolvido em grande parte pela empresa russa *Gazprom* e que se trata de um duplo gasoduto que vai desde Vyborg, na Rússia, até Lubmin, perto de Greifswald na Alemanha, via mar Báltico, representando assim a ligação mais directa entre a jazida de Yuzhno-Russkoye e o mercado energético da UE (U.S. Energy Information Administration, 2014a; Nord Stream AG, 2014).

Imagem 4: Nord Stream



Fonte: (Gazprom, 2014a)

Para além do *Nord Stream*, outro projecto, também ele desenvolvido na sua maioria pela *Gazprom*, pretende ligar a Rússia à Europa Central (Áustria e Itália), passando pelo Mar Negro e por vários Estados da Europa do Sul e dos Balcãs. A data de finalização do projecto está prevista para Dezembro de 2019, sendo que o primeiro fornecimento de gás está previsto já para 2015 (South Stream, 2014).

Imagem 5: South Stream



Fonte: (The Economist, 2010)

Apesar de alguma controvérsia quanto à construção deste novo gasoduto por poder vir a representar um incremento no domínio russo sobre o fornecimento energético da UE, o projecto parece não ser interrompido sobretudo por causa do apoio da Alemanha e Itália, que vêem a Rússia como um fornecedor fiável (Gloystein, 2014). Nos últimos anos, a UE tem vindo a tomar medidas tendo em vista a redução da dependência do gás russo. Uma das formas encontradas pela UE para a redução desta dependência traduziu-se no *desenho* do ambicioso projecto *Nabucco*. Este gasoduto, com 1326 km, ligaria as jazidas do Mar Cáspio no Azerbaijão, passaria pela Turquia até à Bulgária, finalizando o curso na Áustria, não passando assim pela Rússia. No entanto, o projecto acabou por ser cancelado em 2013, já que o Azerbaijão e o consórcio de *Shah Deniz* decidiram enviar o gás pelo *Trans-Adriatic Pipeline* (Dempsey, 2013).

Imagem 6: Nabucco



Fonte: (The Economist, 2010)

Este novo projecto já não tem o patrocínio da UE mas também evitará o território russo, já que iniciará o seu curso na fronteira entre a Turquia e a Grécia, daí atravessará todo o território grego e albanês até a costa Adriática, onde continuará *offshore* até à Itália, apresentando um comprimento de 870 km no total (Trans Adriatic Pipeline, 2014). O principal problema deste novo projecto é o facto de garantir que Estados como a Bulgária e a Hungria continuem a depender fortemente no gás russo, algo que não aconteceria com o projecto *Nabucco* (Dempsey, 2013).

Imagem 7: Trans-Adriatic Pipeline



Fonte: (The Economist, 2010)

3.1.2. Noruega

A Noruega destaca-se por ser o Estado da Europa Ocidental com as maiores reservas de petróleo e gás natural, sendo também o maior produtor. Segundo dados da BP de 2013, a Noruega possui cerca de 8.7 mil milhões de barris de reservas de petróleo, produzindo cerca de 1.837 mil barris por dia. Quanto ao gás natural, calcula-se que as reservas norueguesas sejam de cerca de 2.0 triliões (m³), sendo que o Estado Escandinavo produz cerca de 108.7 biliões de gás natural (m³) (BP, 2014a).

O sector petrolífero norueguês é actualmente a maior indústria do país, e para o comprovar importa indicar o nível de exportações de hidrocarbonetos da Noruega. Segundo dados do *Norwegian Petroleum Directorate* para o ano de 2012, as exportações norueguesas de petróleo bruto, gás natural e dos serviços de transporte por *pipeline* significaram 52% das receitas das exportações, 23% do PIB norueguês e 30% das receitas governamentais (Norwegian Petroleum Directorate, 2013). Em 2013, a

Noruega foi o terceiro maior exportador mundial de gás natural, atrás da Rússia e do Qatar, e o décimo segundo maior exportador de petróleo mundial (U.S. Energy Information Administration, 2014b). Estes dados reforçam a ideia de que a Noruega é, no presente, um dos Estados mais importantes na indústria petrolífera mundial.

A Noruega, apesar de não ser um Estado-membro da UE, possui uma relação de proximidade com a União, pertencendo ao EEE e ao Espaço Schengen e cooperando com a UE em áreas como a justiça, assuntos internos, política externa, alterações climáticas, política energética e investigação (Norwegian Ministry of Foreign Affairs, 2009a). A própria UE reconhece essa coordenação de esforços nas mais variadas áreas e considera a «Noruega como um parceiro essencial na área da política energética e na segurança de aprovisionamento, considerando que esta parceria deve ser reforçada e estendida» (Comissão Europeia, 2011a, p. 9). Para além destes factos, o Reino da Noruega é uma Democracia Parlamentar e membro de pleno direito da NATO, membro da Agência Internacional de Energia, estando completamente integrado na Europa Ocidental, não se fazendo valer de *políticas nebulosas* como outros Estados fornecedores de recursos energéticos.

Como esta dissertação se foca no petróleo e no gás natural, importa fazer referência às exportações de hidrocarbonetos para a UE. Em 2012 a UE importou da Noruega um parcial de 11.1% do total de importações de petróleo bruto, sendo que no gás natural a percentagem de importações norueguesas ascendeu aos 31.3%, fazendo da Noruega o segundo maior exportador de petróleo e gás natural para a UE, a seguir à Rússia (Eurostat, 2014). Já em 2013, a exportação de combustíveis para a UE rendeu à Noruega um balanço positivo de cerca de 50.218 milhões de euros só pelo comércio de combustíveis (Directorate-General For Trade, 2014). O Reino Unido foi, em 2013, o maior importador de petróleo e gás natural norueguês, importando respectivamente 42% e 29% do total de exportações norueguesas. Importa ressaltar que os principais importadores dos recursos energéticos noruegueses são Estados-membros da UE, como o Reino Unido, a Alemanha, a França, os Países Baixos, a Bélgica e a Suécia (U.S. Energy Information Administration, 2014b).

Em relação ao transporte de gás natural, a Noruega possui uma vasta rede de gasodutos que atravessam o Mar do Norte, tendo como destino diversos Estados-membros da UE, como o Reino Unido, França, Bélgica e Alemanha, sendo só uma

pequena parte do transporte realizado por navios (U.S. Energy Information Administration, 2014b), significando assim que o comércio de recursos energéticos entre a UE e a Noruega não está dependente de países de trânsito como no caso russo.

3.1.3. OPEP

A Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) foi criada na Conferência de Bagdade, realizada de 10 a 14 de Setembro de 1960 e trata-se de uma organização intergovernamental, com o objectivo de «coordenar e unificar as políticas petrolíferas entre os Estados-membros, de modo a assegurar preços justos e estáveis para os produtores de petróleo; um regular e eficiente fornecimento de petróleo às nações consumidoras e um retorno justo de capital aos que investiram na indústria» (OPEP, 2014). Importa referir que a OPEP conta actualmente com doze Estados-membros: Argélia, Angola, Equador, Irão, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Venezuela.

A OPEP apresenta-se como um Actor extremamente importante a nível internacional, capaz de influenciar a variação dos preços do petróleo bruto. Este facto sucede porque a OPEP gere a produção de petróleo dos seus Estados-membros, através do estabelecimento de metas de produção e, quando estas metas são baixas, o preço do petróleo poderá sofrer subidas de preço. Outra questão que prova a importância da OPEP surge pelo peso que os seus Estados-membros detêm no mercado internacional petrolífero, onde o volume das suas exportações pode ascender aos 60% do petróleo exportado a nível internacional. Esta forte posição no mercado internacional leva a que, por vezes, as acções da OPEP possam levar à variação dos preços do petróleo (U.S. Energy Information Administration, 2014c).

Em relação às relações entre a UE e a OPEP, segundo dados da UE, cerca de 40% do seu petróleo importado tem como origem os Estados-membros da OPEP. As relações entre as duas organizações tomaram um novo rumo em 2004, quando foi anunciado um diálogo bilateral de forma a melhorar as relações entre os produtores e consumidores de hidrocarbonetos. Para a UE «este diálogo tem como objectivo a promoção da estabilidade do mercado internacional petrolífero, da análise e previsão dos mercados e da cooperação internacional tecnológica» (Comissão Europeia, 2014b).

Além do diálogo bilateral e do estabelecimento da cooperação energética entre Organizações, a UE também estabeleceu acordos de cooperação para o sector energético com grande parte dos Estados-membros da OPEP. Ainda assim, a UE tem como objetivo, aliado à sua pretensão de diversificar os fornecedores de recursos energéticos, promover o reforço de parcerias de cooperação energética com alguns desses Estados. Apresentam-se então, como opções, a promoção da cooperação com a Argélia e a Arábia Saudita, assim como, e aproveitando a queda do regime de Kadhafi estender a parceria dos Estados do Norte de África para a Líbia e apoiar a restauração da indústria petrolífera libia (Comissão Europeia, 2011a).

3.2.Principais Riscos para a Segurança Energética da UE

Após a análise aos principais fornecedores da UE, neste subcapítulo iremos continuar a análise sobre a estratégia de segurança energética, mas desta vez iremos incidir a nossa análise sobre os principais riscos que se observam na política energética da UE. Como o objectivo do trabalho é perceber se o Ártico representa uma região alternativa para o fornecimento de recursos energéticos para a UE, dentro dos riscos para a segurança energética da UE iremos fazer incidir a nossa análise sobre as questões que decorrem da pouca diversidade de fornecedores e também pelas particularidades dos fornecedores. Assim, a primeira vez que o risco de aprovisionamento de recursos energéticos foi analisado pela UE foi no Livro Verde de 2000, onde a CE já fazia referência ao aumento de consumo e de importações de recursos energéticos na UE, assim como à correspondente dependência de um número reduzido de fornecedores (Comissão Europeia, 2000).

Segundo Egenhofer, o renovado interesse pelo conceito de segurança energética foi desencadeado por uma série de acontecimentos, entre os quais: «o ressurgimento da OPEP, instabilidade política internacional e subida nos preços do petróleo bruto; ataques terroristas e as guerras no Afeganistão e Iraque, assim como as crises de fornecimento de gás entre Rússia e Ucrânia» (Egenhofer, 2006).

Quanto ao conceito de segurança energética, ou segurança de fornecimento energético, a AIE entende segurança energética como «a disponibilidade ininterrupta dos recursos energéticos a um preço acessível» (AIE, 2014b). Já a CE, no documento anteriormente referido, sugere que a segurança energética «deve ser orientada para assegurar (...) o funcionamento correcto da economia, a disponibilidade física

ininterrupta (...) a um preço acessível (...) com respeito pelas preocupações ambientais» (Comissão Europeia, 2000, p. 2). O documento também refere que «a segurança de fornecimento não procura a maximização de energia auto-suficiente ou minimizar a dependência, mas tem o objetivo de reduzir os riscos ligados a essa dependência» (Comissão Europeia, 2000).

Finalmente, importa indicar que podemos encontrar diferentes tipos de riscos energéticos. A AIE adianta que a segurança energética possui vários aspectos:

«(...) long-term energy security mainly deals with timely investments to supply energy in line with economic developments and environmental needs. On the other hand, short-term energy security focuses on the ability of the energy system to react promptly to sudden changes in the supply-demand balance» (AIE, 2014b).

Segundo o Livro Verde da CE, os riscos para a segurança energética podem ser divididos em quatro tipos distintos: riscos técnicos; riscos económicos; riscos políticos; e riscos ambientais. Os riscos técnicos envolvem interrupções no sistema energético devido à existência de condições meteorológicas adversas, falta de investimento ou parcas condições de funcionamento do sistema. Os riscos económicos referem-se à cobertura de desequilíbrios entre a procura e a oferta, que resultam da ausência de investimento ou de entidades adjudicantes. Os riscos políticos englobam situações de guerra-civil, a quebra propositada de fornecimento devido a políticas governativas e ausência de regulação. Finalmente, os riscos ambientais incluem desastres nucleares, derramamentos de petróleo, poluição e a libertação de gases com efeito de estufa (Comissão Europeia, 2000; Egenhofer, 2006).

De entre os riscos mencionados destacamos os quatro que consideramos serem aqueles de maior relevância para a política de segurança energética da UE.

3.2.1. Dependência da importação e escassa produção interna de recursos energéticos

Como foi supracitado, já em 2000, a CE alertava, no Livro Verde, para a dependência da organização no que se refere à importação de recursos energéticos e para a escassa produção interna. Em 2012 a situação não sofreu alterações: a UE continuava a depender largamente das importações destes recursos a partir de um pequeno grupo de Estados. A UE importou, em 2012, uma percentagem de 42.2% dos

seus combustíveis fósseis, 88.2% do seu petróleo bruto e 65.8% do seu gás natural, o que significa que 53% do consumo de energia da UE depende das importações que representam um custo diário de cerca de mil milhões de euros em energia importada: quase 20% do valor total das importações da UE (Eurostat, 2014; O'Connor, 2014).

3.2.2. Pouca diversidade e fiabilidade de fornecedores

A 8 de Março de 2006, a CE redigiu um Livro Verde, denominado “*Estratégia Europeia para uma energia sustentável competitiva e segura*”, onde, no início do documento, era já apontada a questão da dependência face às importações de recursos energéticos, assim como a referência a outras questões fracturantes da estratégia energética da UE: «o aumento da dependência das importações, algumas delas provenientes de regiões ameaçadas pela insegurança; o facto das importações estarem cingidas a um número restrito de Estados (Rússia, Noruega e Argélia); o aumento da procura global de energia» (Comissão Europeia, 2006, p. 3).

Como foi possível perceber pelo subcapítulo anterior, a UE tem como principais fornecedores de recursos energéticos dois Estados e um grupo de Estados que funciona como cartel, podendo inflacionar o preço do petróleo bruto assim que o queira. Se podemos considerar a Noruega como um parceiro energético fiável, como foi supracitado quando foi feita a análise ao Estado Escandinavo, o mesmo não se poderá dizer em relação aos outros dois Estados que «nem são politicamente estáveis, nem podem ser classificados como aliados fiáveis» (O'Connor, 2014). Sobre este tema importa referir o artigo de Thomas L. Friedman, “*The First Law of Petropolitics*”, onde o autor distingue claramente os Estados que considera como “*Petrolist States*” - Estados «duplamente dependentes da produção de petróleo para o volume das suas exportações e para o produto interno bruto [tendo também] instituições de Estado fracas e governos autoritários» (Friedman, 2006) - dos países que «são ricos em petróleo, mas que já eram Estados bem estabelecidos, com instituições democráticas sólidas e economias diversificadas, antes do petróleo ser descoberto» (Friedman, 2006). Estados como a Rússia e a Argélia estão incluídos no primeiro grupo enquanto que a Noruega está inserida no segundo grupo.

Os episódios das crises de gás entre a Rússia e a Ucrânia de 2006 e 2009 são aqueles que melhor podem exemplificar a pouca fiabilidade da Rússia como fornecedor energético e a forma como esta recorre à manipulação do preço do gás como uma arma

política, punindo a Ucrânia por esta se inclinar politicamente para o Ocidente. Segundo Umbach, «o quántuplo ajustamento ascendente dos preços do gás para a Ucrânia confirma que a política externa está por trás da política de preços do Kremlin, que recompensa os aliados e pune os renegados através de um sistema graduado de preços» (Umbach, 2006).

Num outro espectro, poderemos também enunciar os episódios da Primavera Árabe. O movimento (dito) democrático iniciado no Norte de África, que depois transbordou para o Médio Oriente, é outro exemplo de como a pouca fiabilidade dos fornecedores pode pôr em causa o normal fornecimento de recursos energéticos. No caso concreto da Líbia, que em 2012 foi o quinto maior fornecedor de petróleo bruto e de gás natural da UE, é notório o impacto que os acontecimentos da Primavera Árabe tiveram sobre a produção de recursos energéticos. Segundo dados do Eurostat, em 2010, a Líbia foi responsável pelo fornecimento de 10.1% do petróleo bruto importado pela UE, e no ano seguinte a importação de petróleo da Líbia caiu para os 2.8%. Em 2012, voltaria a um valor normal, subindo para os 8.2% (Eurostat, 2014). Este facto pode ser explicado através dos longos combates que se verificaram na Líbia contra o regime de Kadhafi, fazendo com que a indústria petrolífera parasse, havendo mesmo o registo de ataques a algumas jazidas de petróleo, refinarias e terminais petrolíferos (Bahgat, 2012).

3.2.3. Inexistência de uma política energética comum

No Livro Verde de 2000, a Comissão alertava para a necessidade de criar uma política energética comum, que seria justificada pela interdependência dos Estados-Membros da UE em termos energéticos e pelo facto da política energética ter assumido uma nova dimensão comunitária, já que qualquer alteração na política energética de um Estado-Membro iria automaticamente influenciar os outros Estados-Membros (Comissão Europeia, 2000).

O episódio que iniciou o processo de mudança de paradigma na política energética da UE foi a “guerra” de preços do gás natural entre a russa Gazprom e o governo Ucrainiano no ano de 2006. Este episódio afectou alguns Estados-membros da UE, como a França, Alemanha, Polónia e Itália e alguns representantes europeus viram as acções russas como uma tentativa de usar o gás natural como uma arma política, concluindo que teria de haver uma reforma na política energética (Bahgat, 2006; BBC News, 2006; Umbach, 2010). Segundo Andris Pielbags, o Comissário de Energia da

UE, em 2006 «a Europa precisaria de uma política clara, mais coesa e colectiva na segurança e abastecimento energético. Até à data, o tema da segurança do abastecimento energético era tratado a nível nacional, [no entanto, a UE precisaria] de uma abordagem mais ampla para este assunto» (Euroactiv, 2006). Pielbags acabava, assim, por resumir a opinião europeia quanto à crise de gás na Ucrânia e iniciar o diálogo para a criação de uma política energética comum (Bahgat, 2006).

Segundo Umbach, «até 2005/2006, as políticas energéticas da UE e dos seus Estados-membros eram determinadas por forças de mercado, [havendo uma] separação entre as questões energéticas e os factores políticos e desenvolvimentos estratégicos» (Umbach, 2010, p. 1229). No extremo oposto, alguns Estados fora da UE, «como a Rússia, China, Estados-membros da OPEC e EUA estariam a definir as suas políticas energéticas em consonância com os seus interesses estratégicos e geopolíticos» (Umbach, 2010, p. 1230).

A 1 de Janeiro de 2009, a Rússia cortou o fornecimento de gás natural à Ucrânia, novamente devido a divergências relativas ao nível do preço do gás natural. Os efeitos deste corte foram mais severos do que o anteriormente verificado pelo que Estados como a República Checa, Polónia, Hungria, Bulgária e Roménia sofreram quedas no fornecimento de gás, havendo casos como o da Eslováquia, onde a escassez de gás levou a uma perda de cerca de 100 milhões de euros por dia (Hovet & Lopatka, 2009; Laca, 2009; Comissão Europeia, 2009).

Apesar das diligências da UE no sentido da criação de uma abordagem comum no domínio energético, actualmente a questão ainda permanece em aberto, sem que se tenha verificado a concretização efectiva do objectivo. Com a ascensão de uma nova crise entre a Ucrânia e a Rússia, aliada às sanções económicas impostas pela UE aos russos, o receio de um novo corte no fornecimento de energia impera. Um corte, nesta altura, seria gravoso para os Estados do leste da Europa, como foi em 2006 ou em 2009. A verdade é que, passada quase uma década, a política energética da UE ainda se encontra separada em blocos. Segundo Shaffer, os «Estados na periferia da Europa, como a Bulgária, Grécia e Hungria, têm preços de energia mais altos e maiores desafios de segurança do que os da Europa-central» (Shaffer, 2014). Este facto ocorre porque «o gás natural não é uma comodidade global com um só preço, mas vendida a vários

preços em mercados diferentes, dependendo do fornecimento local e das dinâmicas de procura» (Shaffer, 2014).

Apesar de ser necessário liberalizar o mercado energético europeu, para aumentar a cooperação e solidariedade entre os Estados-Membros, a política energética comum é travada por Estados-Membros mais poderosos que não querem fazer mais cedências da sua soberania, fazendo com que este processo venha a ser adiado, sucessivamente (Maltby, 2013).

3.2.4. Infra-estruturas

As infra-estruturas são, como acabamos de observar, uma outra questão que importa debater em relação à segurança energética da UE. Como anteriormente referimos, os episódios das crises Ucrânia-Rússia tiveram consequências graves para a União devido a debilidades no sector das infra-estruturas energéticas internas e externas. A construção do *Nord Stream* parece ter contribuído para baixar o nível de emergência em relação aos países de trânsito, mas a questão permanece em aberto.

A UE parece querer, a todo o custo, reduzir quaisquer riscos no abastecimento de petróleo vindo da Rússia e, por isso, a construção de vários oleodutos na Europa Central insere-se na lista de projectos de interesse comum, com o intuito de precaver qualquer interrupção de abastecimento do *pipeline Druzhba* (Comissão Europeia, 2014a). Segundo o documento da Comissão “*In-depth study of European Energy Security*”, os oleodutos a construir ou modernizar são os seguintes:

- Construção de oleoduto com ligação entre Schwechat (Áustria) e Bratislava (...);
- Expansão da capacidade do TAL Plus, entre Trieste (Itália) e Ingolstadt (Alemanha);
- Reconstrução, modernização, manutenção e expansão da capacidade do *JANAF-Adria pipelines* entre o porto de Omisalj (Croácia) e o *Southern Druzhba*;
- Construção de oleoduto entre Litvinov (República Checa) e Spargau (Alemanha);
- Construção do oleoduto entre Brody (Ucrânia) e Adamowo (Polónia);
- Construção de Terminal petrolífero em Gdansk;

- Expansão do oleoduto Pomeranian entre Plock e Gdansk.

Como é possível perceber, estes projectos cingem-se ao leste europeu, a zona europeia com maior dependência dos hidrocarbonetos russos e, por isso, a que poderá sofrer mais com possíveis disrupções no abastecimento de petróleo.

No mesmo documento, a Comissão também estuda os potenciais perigos de uma disrupção no fornecimento de gás natural e conclui «assumindo a total solidariedade entre os Estados-Membros (...) [na medida em que] as estimativas para o Inverno confirmam a vulnerabilidade dos Estados-Membros do sudeste europeu para disrupções» (Comissão Europeia, 2014a, p. 115) em face de um corte de gás vindo da Rússia. O caso será mais gravoso se este corte do fornecimento suceder em Janeiro, quando há um maior consumo energético na Europa. Neste caso, mesmo com a total solidariedade dos Estados-Membros, a disrupção afectaria grande parte destes, «à excepção da Península Ibérica e o Sul de França» (Comissão Europeia, 2014a, p. 115). Assim, como sucedeu em 2006 e 2009, em 2014 a UE volta a recear uma possível quebra no fornecimento energético da Rússia porque ainda não possui infra-estruturas suficientes para suprir tal disrupção, se se vier a verificar.

Finalmente, já tivemos oportunidade de fazer referência ao projecto que irá substituir o *Nabucco Pipeline*. A necessidade de construir o chamado *Southern gas corridor* foi avançada pela Comissão em 2008, no documento “*An EU Energy Security and Solidarity Action Plan*.” A Comissão refere que este projecto irá garantir o fornecimento de gás natural desde o Cáspio e do Médio-Oriente, representando uma das principais prioridades para a segurança energética europeia (Comissão Europeia, 2008a). Para substituir o *Nabucco*, a alternativa encontrada foi a construção de dois *pipelines*: o já referido *Trans-Adriatic Pipeline* (TAP) e o *Trans-Anatolian Gas Pipeline* (TANAP). O primeiro já foi referido e atravessará a Grécia e Albânia, tendo como destino a Itália, já o segundo atravessará a Turquia, ajudando assim a criar o supracitado *Southern gas corridor* (BP, 2014b).

4. A UE e o Ártico

Como foi possível observar anteriormente, a região do Ártico apresenta concentrações prometedoras de petróleo e gás natural, facto que motiva a «que os interesses geopolíticos e geoestratégicos dos diversos actores da cena política internacional [confluam] para aquela zona do globo» (Balão, 2012, p. 173). Assim, torna-se relevante analisar se a política energética da UE também converge, e se orienta, para o extremo norte.

Assim, neste capítulo iremos debruçar-nos sobre as ligações políticas e geográficas da UE ao Ártico, o desenvolvimento da estratégia da UE para o Ártico e os obstáculos a uma presença mais efectiva da UE naquela região. Importa ressaltar que, na análise política da UE para o Ártico, iremos dar um natural destaque aos recursos energéticos uma vez que é esse o objecto central desta dissertação.

4.1.Ligações Territoriais e Políticas

As ligações políticas entre a UE e o Ártico serão o nosso ponto de partida na análise do capítulo “UE e o Ártico”. Durante este capítulo iremos demonstrar que a região do Ártico e a UE detêm ligações políticas e geográficas acentuadas, não sendo assim anormal a presença da UE no Ártico.

Para iniciar esta análise importa destacar que, a nível geográfico, parte dos territórios da Suécia e da Finlândia estão dentro do Círculo Polar Ártico e, portanto, englobados na região do Ártico. A Gronelândia é outro ponto de ligação a nível geográfico entre a UE e o Ártico e, apesar de já não pertencer à UE³, encontra-se abrangido pelos países e territórios ultramarinos da UE, mantendo assim uma forte ligação com a União. A Islândia e a Noruega estão também integrados na região do Ártico e são membros do EEE, o que os inclui numa série de políticas vigentes na UE, como a livre circulação de bens, de pessoas, de serviços e de capitais (Parlamento Europeu, 2014a; Østhagen, 2013).

O Conselho do Ártico, como já foi anteriormente referido nesta dissertação, é o fórum intergovernamental que tem sido um importante apoio para que se mantenha uma relação estável entre os diferentes actores da e na região do Ártico. O Conselho do

³ Os eleitores da Gronelândia, num referendo que decorreu em 1982, votaram a favor da saída do território da UE, que viria a ser confirmada em 1985.

Ártico conta com três Estados-membros da UE (Dinamarca, Suécia e Finlândia) e dois Estados do EEE (Noruega e Islândia). Para além destes Estados, sete Estados-membros da UE foram admitidos como Estados observadores no Conselho do Ártico: França, Alemanha, Países Baixos, Polónia, Espanha, Reino Unido e Itália.

É necessário destacar, ainda, a participação da CE num fórum intergovernamental, denominado “Conselho Euro-Ártico do Mar de Barents” (BEAC). Formado em 1993, o BEAC tem como membros, para além da CE, a Dinamarca, a Finlândia, a Noruega, a Islândia, a Suécia e a Rússia e tem como principal objectivo o desenvolvimento sustentável da região (Barents Euro-Arctic Council, 2013).

A UE iniciou em 1999 uma política de entendimento denominada “*Northern Dimension*” (ND) com a Rússia, Noruega e Islândia de forma a «promover o diálogo e cooperação concreta; fortalecer a estabilidade, bem-estar e intensificar a cooperação económica; promover a integração económica, competitividade e o desenvolvimento sustentável na Europa do Norte» (Ação Externa da União Europeia, 2014).

Importa referir que a UE tem sido o principal patrocinador na investigação científica e no desenvolvimento económico da região do Ártico. Em relação à investigação científica do Ártico, a UE contribui com cerca de 20 milhões de euros por ano e no âmbito do “*Seventh Framework Programme*” tem financiado mais 15 projectos de investigação. Em relação ao financiamento do desenvolvimento regional das regiões, a UE investiu mais de mil milhões de euros no programa e, contando com as contribuições dos Estados-membros, o valor chega perto dos dois mil milhões de euros (Damanaki, 2013).

Finalmente, a UE é um grande importador dos recursos naturais do Ártico. Largas quantidades do peixe pescado na região do Ártico tem como destino a UE, assim como algum gás natural e petróleo originário da Rússia tem como origem jazidas que se encontram dentro do Círculo Polar Ártico, como *Nenets* e *Yamal* (Østhagen, 2013).

Após a exposição das ligações políticas entre a UE e a região do Ártico, é possível concluir que a UE não é um corpo estranho na região. Apesar de não constar na lista de Organizações Internacionais com estatuto de observador no Conselho do Ártico, a UE tem mantido activo o diálogo com os Estados da região sobre as questões

que afectam o Ártico, não sendo por isso estranho que a UE pretenda deter um papel mais activo na região.

4.2.A política Europeia para o Ártico: em busca de uma estratégia energética para a região

A Comunicação redigida pela Comissão, em 2007, denominada “Uma política marítima integrada para a União Europeia”, marca o início da consciencialização no seio da UE de que esta não poderia mais descurar «as implicações geopolíticas das alterações climáticas» (Comissão Europeia, 2007, p. 15), preocupação que ficou, assim, registada no documento que a Comissão apresentaria, «em 2008, (...) sobre as questões estratégicas ligadas ao Oceano Ártico» (Comissão Europeia, 2007, p. 15).

No ano seguinte, em Outubro, o Parlamento Europeu (PE) também publicou uma resolução sobre a Governança do Ártico onde reconhece a importância do tema, fazendo referência a vários pontos fulcrais na temática do Ártico, como a geopolítica ou o ambiente. Destas, destacamos o facto do PE fazer referência à existência de recursos naturais na região e solicitar à Comissão que incluísse «a política energética e de segurança na agenda da região do Ártico [e em particular] a segurança de abastecimento energético» (Parlamento Europeu, 2008). Este facto demonstra que as instituições europeias – e, em particular, o Parlamento - estavam já atentos à relevância da região do Ártico em termos de recursos energéticos e à questão da segurança de fornecimento.

Após a resolução do Parlamento de 9 de Outubro sobre a Governança do Ártico, a Comissão publicaria, em Novembro do mesmo ano, aquele que pode ser considerado o documento que marcou «o momento seminal (...) que apontava os primeiros pontos a ser considerados aquando do desenvolvimento da política da UE para o Ártico» (Østhagen, 2013). O documento abrange várias áreas de interesse, como o ambiente e as alterações climáticas, o apoio às populações indígenas e à população local, investigação, controlo e avaliação, hidrocarbonetos, pesca, transporte, turismo e a contribuição para melhorar a governação multilateral (Comissão Europeia, 2008b). Importa, também, fazer referência à selecção daqueles que a Comissão considera serem os três principais objectivos estratégicos que os Estados-membros e as instituições da UE deveriam seguir relativamente àquela região: «proteger e preservar o Ártico, em uníssonos com a sua população; promover uma utilização sustentável dos recursos;

contribuir para uma melhor governação multilateral do Ártico» (Comissão Europeia, 2008b, p. 3).

Como é possível depreender, a Comissão dá um natural destaque aos hidrocarbonetos, revelando que os «recursos do Ártico podem contribuir para reforçar a segurança do aprovisionamento da UE em energia, [mas recorda que] a exploração avançará (...) lentamente, na medida em que comporta enormes desafios e custos elevados» (Comissão Europeia, 2008b, p. 7). A CE denota algum cuidado no discurso quanto à exploração de hidrocarbonetos no Ártico, devido à vulnerabilidade ambiental da região, insistindo mesmo que se devem respeitar as normas ambientais vigentes. No entanto, assume o apoio à exploração de recursos energéticos e à investigação no desenvolvimento de tecnologias e das infra-estruturas *offshore* tendo em vista uma exploração mais eficiente dos recursos energéticos para a região (Comissão Europeia, 2008b).

Outra importante questão levantada por este documento refere-se à intenção da Comissão de promover a cooperação a longo prazo com os Estados da região, particularmente com a Rússia e a Noruega, de forma a tornar mais acessível «a exploração, a extracção e o transporte sustentáveis e ecológicos dos recursos de hidrocarbonetos do Ártico» (Comissão Europeia, 2008b, p. 8).

Em 2009, no seguimento dos documentos publicados pelas outras instituições, o CUE tirou também algumas conclusões sobre a questão do Ártico, aprovando os três objectivos principais propostos pela Comissão no documento supracitado. O documento extraído da reunião do Conselho faz várias anotações sobre preocupações ambientais e tráfego marítimo na região, referindo-se também aos acordos vigentes entre a UE e os Estados do Ártico, como o ND e o BEAC. Em relação à questão dos recursos energéticos, o Conselho segue uma linha pragmática, indicando que a política energética da UE para o Ártico deve ser formulada em diálogo com os Estados do Ártico, tendo sempre em atenção a gestão sustentável dos recursos naturais da região (Conselho da União Europeia, 2009).

Em Janeiro de 2011, o PE apresentou a resolução “*A sustainable EU policy for the High North*”, que constituiu, assim, mais uma peça para o desenvolvimento da política europeia para a região.

Em primeiro lugar, o Parlamento estabelece um paralelismo entre as estratégias dos Estados do Ártico e a Comunicação da Comissão, registando as similaridades entres eles, em particular na abordagem à gestão sustentável de recursos energéticos renováveis e não-renováveis existentes na região, que significarão uma fonte energética importante para o continente europeu e uma significativa fonte de rendimentos (reais e ou potenciais) para os habitantes da região (Parlamento Europeu, 2011).

Em segundo lugar, importa salientar que, em linha com o discurso iniciado pela Comissão e depois seguido pelo Conselho, o Parlamento refere que estando «consciente da necessidade de recursos para um mundo em crescimento (...) volta a reforçar a necessidade de assegurar a maior segurança possível (...) na exploração (...) de recursos naturais» (Parlamento Europeu, 2011, p. 6).

Finalmente, importa salientar que o Parlamento assume uma espécie de tomada de posição ao relembrar que «três dos Estados-membros da UE são Estados da região [e que apesar de reconhecer] que a UE não possui costa no Oceano Ártico de momento, [reafirma] a legitimidade e o interesse da UE (...) como parte interessada, do seu empenho nas (...) actividades de investigação e interesses económicos, incluindo a navegação e a exploração dos recursos naturais» (Parlamento Europeu, 2011, p. 4).

Em 2011, a CE publicou duas Comunicações que, apesar de não estarem inteiramente direccionadas para a questão do Ártico, são relevantes para a questão do interesse da UE nos recursos da região. A primeira refere a importância do fornecimento de matérias-primas como o petróleo e o gás natural para a política industrial da UE (Comissão Europeia, 2011b). A segunda, denominada "*The EU Energy Policy: Engaging with Partners beyond Our Borders*", faz referência à região do Ártico como uma região com um potencial significativo para integrar a política de diversificação da UE (Comissão Europeia, 2011a). Este facto acaba por demonstrar que o petróleo e o gás natural continuam a ser uma opção válida para a UE apesar das preocupações ambientais e que a região do Ártico é uma opção válida para a política de diversificação de fornecedores da UE.

Em 2012, a CE e o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (ARUNEPS) publicaram em conjunto o Documento de Trabalho denominado "*The inventory of activities in the framework of developing a European Union Arctic*". Este documento surge como uma evolução das últimas

Comunicações e, no seu contexto, informa que já foi iniciado «um diálogo abrangente com o governo da Gronelândia durante o ano de 2011, com o objectivo de explorar as possibilidades de uma futura cooperação dentro da área dos recursos naturais, incluindo as matérias-primas» (Comissão Europeia; Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, 2012a). Este documento prova que, apesar das preocupações ambientais, a diversificação de fornecedores energéticos e a exploração de recursos energéticos no Ártico não é, de todo, colocado de parte pela organização.

Este documento acompanhava uma Comunicação conjunta entre a CE, a Direcção-Geral de Assuntos Marítimos e das Pescas e a Acção Externa da União Europeia, que fazia uma retrospectiva do trabalho desenvolvido pela União em relação ao Ártico e abria caminho para o futuro. Em relação aos recursos naturais, o objectivo da UE parece manter-se o mesmo desde 2008: a exploração sustentável dos recursos energéticos do Ártico. Na realidade, o aspecto ambiental foi sempre uma das maiores preocupações que foram transparecendo nos vários documentos da UE.

Este documento apoia, também, a hipótese de que, apesar das preocupações ambientais já referidas, o Ártico surgir como uma região rica em recursos energéticos e, como tal, ser importante para a UE procurar deter uma presença mais efectiva na região. Assim, como grande importador e consumidor de recursos energéticos e após ter iniciado o diálogo com a Gronelândia tendo em vista a promoção de uma parceria, a UE refere que procurará construir parcerias estratégicas com outros actores relevantes do Ártico. Assim, surgem como opções adicionais a Noruega, a Rússia, o Canadá e os EUA, ou seja, os Estados costeiros do Oceano Ártico que terão acesso à grande concentração de hidrocarbonetos lá existentes, findas as divergências quanto às delimitações das ZEE (Comissão Europeia; Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, 2012b).

Finalmente, em 2014, o PE e o CUE reagiram ao documento publicado em conjunto pela CE e pelo ARUNEPS em 2012. O PE enfatiza a importância geoestratégica da Gronelândia e apela para que sejam redobrados os esforços, no sentido de apoiar o desenvolvimento sustentável do território na exploração de matérias-primas. (Parlamento Europeu, 2014b) Já o CUE, no documento “*Council conclusions on developing a European Union Policy towards the Arctic Region*”, releva a

importância do desenvolvimento do sector energético no Mar de Barents e apoia o desenvolvimento da parceria da UE com a Gronelândia tendo em vista o desenvolvimento sustentável do território (Conselho da União Europeia, 2014).

Em suma, a UE acaba por demonstrar que se encontra atenta para a questão do Ártico e que, contando com os desafios a nível ambiental e tecnológico que a exploração no Ártico irá acarretar, a região conta para a UE como uma alternativa para a diversificação de regiões fornecedoras de recursos energéticos. Para isso, o diálogo político e as parcerias estratégicas com os Estados costeiros do Ártico apresentam-se como um caminho viável para uma presença mais efectiva da UE na região.

4.3. Obstáculos a uma presença mais assertiva da UE no Ártico

Como já pudemos observar, os Estados do Ártico, apesar de algumas divergências e de alguma militarização exacerbada da região (Wezeman, 2012), têm-se mostrado coesos e algo pragmáticos quanto à participação de actores externos nas questões principais do Ártico. Como tal, algumas abordagens menos cuidadosas por parte da UE geraram reacções negativas por parte dos Estados costeiros do Ártico, levando a que, por exemplo, a UE ainda não tenha garantido, através da CE, o estatuto de observador no Conselho do Ártico.

Em primeiro lugar, há um certo preconceito geográfico quanto às possibilidades da UE estar presente no Ártico. O embaixador russo na UE, Vladimir Chizhov, foi uma das vozes que se manifestou contra a presença da UE na região, levando-o mesmo a omitir factos com vista a defender o seu ponto de vista. De facto, em 2009, aquando do lançamento da Estratégia Nacional da Rússia até 2020, referiu que o Ártico não era assunto que dissesse respeito à UE e segundo este: «Nós acreditamos que num futuro próximo os esforços consolidados dos Estados Ártico são suficientes. Deixe-me lembrar-lhe que não há nenhum Estado-membro da UE entre os Estados do Ártico» (Euractiv, 2009). O comentário de Chizhov omite o facto da Suécia, Finlândia e Dinamarca serem, na realidade, Estados do Ártico e «faz eco de um sentimento expressado por alguns Estados litorais do Ártico quando se discute as aspirações da UE em ser considerado como um legítimo Actor do Ártico» (Østhagen, 2013). Para os Estados limítrofes do Oceano Ártico, o facto de a UE não possuir costa no Ártico funciona quase como um factor eliminatório em relação às aspirações da UE na região (Koivurova, Kokko, Duyck, Sellheim, & Stepien, 2011).

Østhagen demonstrou que subsistem três discussões que ilustram a controvérsia existente relativamente à presença da UE no Ártico. Estas discussões surgem a partir de uma certa falta de conhecimento acerca da região, quer dentro da UE, quer fora da Organização (Østhagen, 2013). Os três assuntos referidos por Østhagen foram:

- Proibição da comercialização de produtos derivados de foca;
- Moratória de gás e petróleo;
- Governança e o Tratado de Spitsbergen.

Em primeiro lugar, um dos pontos que impediu que a UE entrasse para o Conselho do Ártico tem a ver com a caça e venda de foca e produtos derivados. Face às manifestações de preocupação de cidadãos e entidades governamentais, o PE e o Conselho da UE (CUE) decidiram proibir a entrada no mercado interno de produtos derivados de foca, fazendo, no entanto, uma excepção para as comunidades inuítes e outras comunidades indígenas da região que dependem da caça de foca para a sua subsistência (Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia, 2009). Um dos principais factores que levaram a que esta regulamentação tivesse a aprovação do PE foi o *lobbying* da *Humane Society International*, uma ONG norte-americana que teve a capacidade e os recursos para influenciar os membros do PE (Koivurova, Kokko, Duyck, Sellheim, & Stepien, 2011).

O Canadá e a Noruega questionaram esta proibição da UE junto da Organização Mundial do Trabalho (OMC), no entanto a OMC viria a apoiar a decisão da UE em proibir a entrada de produtos derivados de foca no seu mercado interno. Apesar das excepções introduzidas pela UE na legislação vigente, estas não parecem ser suficientes para acautelar os interesses, por exemplo, das comunidades não-indígenas que também dependem da caça e da comercialização da foca e dos seus derivados para a sua sobrevivência (AlJazeera, 2014), pelo que são consideradas injustas. Esta disputa assume maior importância porque está directamente relacionada com o facto de a CE ter visto ser-lhe recusado, uma vez mais, o Estatuto de observador no Conselho do Ártico (Myers, 2013).

Esta lei também abrange os Estados do EEE e, por isso, acaba também por afectar a Noruega e a Islândia, que tradicionalmente são Estados onde a caça de foca é permitida, fazendo com cerca de 5% do mercado mundial de produtos derivados de foca seja originário destes dois Estados, o que acaba por provar o poder de influência que a

UE exerce sobre as legislações do Ártico (Koivurova, Kokko, Duyck, Sellheim, & Stepien, 2011).

Em segundo lugar, parece subsistir dentro do PE um debate intenso sobre a exploração de gás e petróleo no Ártico. Em Setembro de 2012, a Comissão Ambiental do PE e o Comité de Auditoria Ambiental da Casa dos Comuns do Reino Unido defenderam a cessação da exploração de gás natural e petróleo no Ártico. Em Bruxelas este pedido tomou a forma de uma moratória à exploração de hidrocarbonetos na região para que os Estados-Membros da UE se abstivessem de garantir licenças de petróleo no Ártico, devido aos elevados riscos ambientais que tal acção acarreta (Østhagen, 2013; Nilsen, 2012).

Este facto levou a uma resposta pronta por parte da Noruega, na pessoa do Ministro Deputado do Petróleo e Energia Per Rune Henriksen, referindo que «a UE não possui jurisdição para o Ártico, [já que] nenhum Estado-Membro possui plataforma continental no Ártico» (Aenergi, 2012). Por um lado, esta afirmação transporta-nos para o início deste subcapítulo e ao fundamento do argumento de que a UE não deverá ter nenhum papel activo no Ártico por não possuir costa no Oceano com o mesmo nome. Por outro lado, Østhagen entende que a UE não se encontra em posição de forçar tal proibição, adiantando que o papel daquela organização para a região oscila entre o «diplomático e actor responsável e o defensor de medidas específicas, chegando mesmo a um extremar de posições» (Østhagen, 2013, p. 82).

Esta medida acabaria por não surtir efeito, já que a Comissão de Indústria do PE impediu a introdução da moratória, propondo em seu lugar uma série de diretivas que deveriam ser seguidas pelas empresas petrolíferas, de forma a garantir o respeito pelo ambiente na e da região (Neslen, 2012).

Por fim, importa fazer referência a uma certa falta de conhecimento por parte da UE em relação à governança do Ártico. Um dos exemplos desta falta de conhecimento foi protagonizada pelo PE, em 2008, quando sugeriu à Comissão que, através da abertura de negociações internacionais, chegasse a um acordo para a adopção de um tratado internacional de protecção do Ártico, inspirado no Tratado do Antártico, tratado esse que deveria cobrir a área não povoada e não reivindicada da região (Parlamento Europeu, 2008). Este facto levou a que surgissem algumas reacções negativas por parte de noruegueses e russos (Østhagen, 2013). Em qualquer caso, e

como já tivemos oportunidade de anteriormente destacar, a região do Ártico não se pode equiparar à Antártida.

5. O Ártico como alternativa energética para a UE

O propósito deste capítulo consiste em apresentar uma análise sobre os Estados do Ártico, com o intuito de possibilitar a compreensão relativa aos investimentos que estão a ser realizados na região no sentido de apurar se os mesmos permitem que esta possa ser vista como uma alternativa energética para a UE. Para que a análise seja devidamente aprofundada, torna-se relevante apoiar o estudo com as Estratégias dos Estados do Ártico para a região.

5.1. Dinamarca (Gronelândia e Ilhas Faroé)

O Reino da Dinamarca publicou em 2011, o documento “*Denmark, Greenland and the Faroe Islands: Kingdom of Denmark Strategy for the Arctic 2011-2020*” e que representa a estratégia do Reino para o Ártico, a qual deverá estar vigente até ao final da presente década (Kingdom of Denmark, 2011). O Reino da Dinamarca é constituído, para além do território dinamarquês na Europa do Norte, pela Gronelândia e pelas Ilhas Faroé, que gozam de uma autonomia considerável, possuindo um governo próprio. A Dinamarca é, como se sabe, um Estado-Membro da UE e, no âmbito das questões do Ártico, possui como trunfo fundamental a Gronelândia. Esta, como foi referido anteriormente, não está integrada na UE, mas faz parte do conjunto de países e territórios ultramarinos da UE, beneficiando assim de fundos comunitários ao abrigo da parceria existente entre o território e a UE.

A Estratégia do Reino da Dinamarca para a região do Ártico, sendo abrangente, consegue abordar as principais questões que afectam a região, tais como: a análise sobre a governança e a resolução pacífica das disputas territoriais, tendo como base a UNCLOS; o desenvolvimento sustentável e a exploração responsável dos recursos naturais; a protecção ambiental da região; e por fim a cooperação internacional. De entre estes temas iremos destacar a exploração de recursos energéticos, assim como a relação com a UE (Kingdom of Denmark, 2011).

5.1.1. Exploração de recursos energéticos no Ártico

A exploração de petróleo na Gronelândia começou na década de '70 do século XX, devido à subida de preços do petróleo em 1973 que motivou as companhias petrolíferas internacionais a acorrerem à região e a iniciarem perfurações em 1976 e 1977, tendo vindo a abandonar a região depois de um total de cinco poços terem secado (Østhagen, 2012).

Com o estudo do USGS, já referido anteriormente, o território da Gronelândia ganhou um novo interesse, importando, assim, indicar os quantitativos de reservas de hidrocarbonetos previstos no território. Segundo o estudo do USGS, estima-se que a bacia da Gronelândia possa conter cerca de 17 mil milhões de barris de petróleo e 3.91 mil milhões de gás natural (m³) (Bird, et al., 2008; Østhagen, 2012). A nível geográfico, a costa Nordeste parece ser a área mais promissora em termos de recursos, contendo cerca de 31 mil milhões de barris de petróleo e gás natural. Já na Costa Ocidental, numa área dividida entre a Gronelândia e o Canadá, também se estima a existência de cerca de 17 mil milhões de barris de petróleo e gás natural (Kingdom of Denmark, 2011). Estes quantitativos criam um optimismo natural em relação aos recursos energéticos da Gronelândia, já que colocariam a Gronelândia na mesma posição que a Líbia em termos de reservas naturais. No entanto, devido às condições adversas provocadas pelo clima da região, o preço da produção na Gronelândia será mais dispendioso do que na Líbia, por exemplo, onde não existem os mesmos riscos geográficos. Assim, estima-se que, para ser rentável, seria necessário que o preço do barril de petróleo na Gronelândia custasse pelo menos 50 dólares para enfrentar os 5 a 10 dólares por barril que se registam na Líbia (Swartz, 2010).

Quanto à exploração de hidrocarbonetos na Gronelândia, o governo daquele território principiou em 2002 rondas bianuais de licenciamento para a exploração de recursos energéticos. Este facto, aliado ao interesse internacional na região, levou a que, em 2011, uma área de 200.000 km² no Sudoeste da Gronelândia possuísse já vinte explorações de hidrocarbonetos. Já na Baía de Baffin foram emitidos sete novos licenciamentos de exploração em 2010 (Kingdom of Denmark, 2011).

Actualmente na Gronelândia estão em vigor 43 licenças exclusivas e não exclusivas de exploração de hidrocarbonetos no território gronelandês, sendo que só duas destas licenças são referentes a licenças *onshore*, o que demonstra que o potencial

energético da Gronelândia se encontra *offshore*. Entre as empresas a quem foram garantidas licenças de exploração encontramos algumas das gigantes da indústria petrolífera como a Shell, a Chevron, a ConocoPhillips, a GDF Suez e a BP (Mineral Licence and Safety Authority, 2014).

Apesar da exploração de hidrocarbonetos estar em curso, as operações de perfuração parecem ter parado após a empresa escocesa Cairn Energy o ter feito até 2011 mas sem grande sucesso comercial. As preocupações a nível ambiental e as dificuldades de perfuração no território parecem ter feito com que empresas como a ExxonMobil ou a Total recuassem na sua intenção de fazer operações de perfuração na Gronelândia (McGwin, 2013). Quatro anos após o acidente no Golfo do México, na jazida de *Deepwater Horizon*, a hipótese de um desastre ambiental ainda está muito presente nas mentes dos CEO's de algumas empresas petrolíferas, como é caso de Christophe de Margerie, o Director-executivo da francesa Total, que referiu que um derrame de petróleo na Gronelândia seria um desastre (Macalister, 2014; Critchlow, 2014).

Em suma, os estudos apontam para a presença de uma vasta quantidade de hidrocarbonetos na Gronelândia mas, neste momento, a produção de petróleo na região não aparenta ser rentável devido aos receios de um desastre ambiental e das pesadas indemnizações que daí adviriam para as empresas petrolíferas envolvidas. Os responsáveis da Cairn, empresa petrolífera escocesa supracitada, referiram que a probabilidade de se encontrar petróleo na região encontra-se abaixo de 20%, o que, no entanto, não parece fazer esmorecer empresas como a Shell, a Statoil ou a Husky, que pretendem fazer prospecções de petróleo na Gronelândia (Nyvold, 2014).

Em relação às Ilhas Faroé, a emissão de licenças para a exploração de hidrocarbonetos começou em 2000 e até 2011 foram emitidas 17 licenças. Em relação aos poços perfurados no território, de 7 perfurações realizadas, 5 contêm hidrocarbonetos, mas ainda há uma carência do seu valor a nível comercial (Kingdom of Denmark, 2011). Importa destacar o facto da empresa norte-americana ExxonMobil ter adquirido partes de licenças de exploração nas Ilhas Faroé (Stigset, 2011). A Statoil, a outra companhia presente na exploração petrolífera das Ilhas Faroé, indica que, em 2014, irão ser perfurados no território mais dois poços *offshore* (Statoil, 2014).

5.2. Noruega

A Noruega publicou em Dezembro de 2006 o documento contendo *The Norwegian Government's High North Strategy*, tendo publicado uma actualização deste documento em Março de 2009 que intitulou *New building blocks in the North*. Segundo Offerdal, a primeira estratégia teria como principais políticas: o exercício da autoridade na região de uma forma responsável, promover a investigação científica sobre a região, defender o ambiente e os recursos naturais, desenvolver as actividades petrolíferas, proteger as populações indígenas, desenvolver a cooperação entre populações e reforçar a cooperação com a Rússia (Offerdal, 2014).

Importa destacar a importância dada à cooperação com a Rússia que, no entanto, não será de surpreender: basta lembrar que a Noruega e Rússia conseguiram chegar a um acordo quando à delimitação das águas territoriais no Mar de Barents, facto que demonstra as boas relações entre os dois Estados.

No segundo documento, as prioridades do Estado norueguês mantiveram-se, mas foi dada ênfase à necessidade de uma maior cooperação na região para o desenvolvimento das infra-estruturas, para o reforço da vigilância marítima e para o desenvolvimento territorial (Offerdal, 2014).

5.2.1. Exploração de recursos energéticos no Ártico

A produção de hidrocarbonetos na Noruega começou no princípio da década de '70 do século XX, à semelhança do que se verificou com a Dinamarca, como atrás referimos. Esta actividade contou, até ao presente, com a produção de recursos energéticos em 91 jazidas. No ano de 2013, das 77 jazidas a produzir hidrocarbonetos, 60 encontravam-se no Mar do Norte, 16 no Mar da Noruega e uma no Mar de Barents (Norwegian Petroleum Directorate, 2014). Como se conclui, grande parte da produção concentra-se no Mar do Norte mas, como esta dissertação se foca na região do Ártico, teremos que excluir a produção de hidrocarbonetos no Mar do Norte do epicentro da nossa análise, já que este não está englobado na região do Ártico. Por não haver referência ao Mar da Noruega nos documentos estratégicos noruegueses para as actividades petrolíferas no denominado "*High North*", também não incluiremos a exploração no Mar da Noruega. Os documentos estratégicos noruegueses para o Ártico

focam-se no Mar de Barents e será aí, conseqüentemente, que a nossa análise se irá concentrar.

Para o governo norueguês, o Mar de Barents é uma área fundamental em termos estratégicos. Como é referido no documento *The Norwegian Government's High North Strategy*, «os recursos no Mar de Barents estão estrategicamente bem posicionados em relação ao mercado transatlântico em crescimento do gás natural liquefeito, [assim como para] atender à crescente procura de gás natural [via] *pipeline* na Europa» (Norwegian Ministry of Foreign Affairs, 2006, p. 55). Este é um dado importante para os Estados do Norte da Europa que garantiriam, assim, mais uma fonte de recursos energéticos. Para além deste facto, os recursos do Mar de Barents podem também significar, segundo o documento, uma alternativa à dependência energética face aos Estados do Médio-Oriente para os mercados da Europa e da América do Norte (Norwegian Ministry of Foreign Affairs, 2006).

Em 2009, na actualização da Estratégia norueguesa para o Ártico, e após a publicação do estudo do USGS, o governo norueguês volta a fazer referências ao Mar de Barents. No entanto, desta vez de uma maneira mais comedida, indica que há já o desenvolvimento de uma jazida no Mar de Barents mas que é inconclusivo qual será a percentagem de recursos energéticos por descobrir no extremo-norte esperando, no entanto, que mais descobertas viáveis a nível comercial surjam na área de jurisdição norueguesa (Norwegian Ministry of Foreign Affairs, 2009b).

Segundo o *Norwegian Petroleum Directorate*, em relação ao gás natural, o Mar de Barents contém cerca de 765 mil milhões (m³) por descobrir, 208 mil milhões (m³) nas reservas restantes e cerca de 63 mil milhões (m³) de *Contigent resources*⁴. Quanto ao petróleo, os somatórios são mais modestos: o Mar de Barents contém cerca de 450 milhões (m³) de petróleo por descobrir, 30 milhões (m³) em reservas e 118 milhões (m³) de *Contigent resources* (Norwegian Petroleum Directorate, 2014).

Como anteriormente destacámos, a produção de hidrocarbonetos no Mar de Barents norueguês resume-se actualmente a uma jazida, denominada *Snohvit*, responsável pela produção de 24 mil milhões de gás natural (m³) em 2013 (Norwegian

⁴ *Contigent resources* inclui volumes comprovados de petróleo para o qual ainda não houve aprovação para a produção.

Petroleum Directorate, 2014). O gás natural, quando produzido, é transportado desde a plataforma até terra através de um *pipeline* de 143km (Statoil, 2007).

O *Goliat* é outro campo de petróleo que importa destacar. Foi descoberto na região em 2000, situa-se a 45 milhas náuticas da cidade norueguesa de Hammersfest e estima-se que possua cerca de 174 milhões de barris de petróleo em dois reservatórios diferentes e 7.99 mil milhões de gás natural (m³) (U.S. Energy Information Administration, 2014b). O licenciamento de perfuração foi garantido a duas companhias norueguesas, a Eni Norge e a Statoil, e a produção deverá começar no terceiro trimestre de 2014 (Eninorge, 2014).

Já em 2014, foi dada luz verde a outro projecto de perfuração para a extracção de hidrocarbonetos na jazida de Gohta, depois de em 2013 se ter confirmado a existência de petróleo no local. Segundo as estimativas, esta jazida poderá conter cerca de 60 a 145 milhões de barris de petróleo e de 7.79 a 15.4 mil milhões de gás (m³) (OGJ editors , 2013; Offshore staff, 2014).

Estes três exemplos apoiam a ideia de que a exploração no Mar de Barents, uma área que se apresentava como estratégica para o governo norueguês, parece estar a ter algum sucesso. Ao longo deste ano, no Mar de Barents, já foram encontrados vários poços de hidrocarbonetos, sendo a maior parte gás natural (Norwegian Petroleum Directorate, 2014). A indústria petrolífera norueguesa tem-se movimentado e investido cada vez mais no Mar de Barents, muito por causa de se estarem a esgotar as perspectivas de novos poços de exploração no Mar do Norte (Reuters, 2013). O Ministro Deputado da Energia e do Petróleo da Noruega, Kåre Fostervold, justifica o desenvolvimento da indústria petrolífera no norte como uma questão estratégica para a segurança energética norueguesa, referindo que se o Estado pretende conservar o seu estatuto como fornecedor fiável de petróleo e gás natural, terá que continuar a exploração de hidrocarbonetos e o desenvolvimento da indústria petrolífera. No entanto, alerta que este é um projecto a longo prazo e que o desenvolvimento de grandes jazidas demorará pelo menos 10 anos (Doyle, 2014).

Finalmente, importa fazer referência ao sistema de transporte dos hidrocarbonetos produzidos no Mar de Barents. Como foi referido anteriormente, o gás produzido em *Snohvit* é transportado até terra por um gasoduto. No entanto, este sistema de transporte seria insuficiente para transportar os hidrocarbonetos de Barents para o

mercado europeu. Este projecto é visto como primordial para a Noruega, não se sabendo ainda se o governo norueguês irá optar pela construção de um novo sistema de gasodutos ou pelos mais económicos tanques de Gás Natural Liquefeito (Nilsen, 2014).

Em suma, a exploração no Mar de Barents aparenta estar, lentamente, a apresentar resultados, apesar de ainda necessitar de algum investimento como a construção de um *pipeline* entre o Mar de Barents e o Mar do Norte, já que todos os anos são anunciadas novas descobertas na região, a maioria de gás natural. Finalmente, a Noruega é actualmente um chamariz para as empresas petrolíferas mundiais e este facto, aliado aos dois já mencionados, faz crer que a aposta na região seja para continuar (Nilsen, 2013; Nilsen, 2014).

5.3. Rússia

O governo russo publicou o documento “*The fundamentals of state policy of the Russia Federation in the Arctic in the period up to 2020 and beyond*” em Setembro de 2008. O documento dá uma clara importância ao potencial económico da região, salientando a existência de recursos energéticos e de novas rotas marítimas, que possibilitarão o desenvolvimento social e económico do Estado. Outro ponto que o documento refere é a colocação de forças militares na região de forma a garantir que os interesses nacionais russos são preservados (Zysk, 2009). Como já anteriormente destacámos, a Rússia tem feito um forte investimento na militarização da região, querendo ali assumir uma posição de força. Este investimento nas forças armadas no seio do Ártico, mais do que uma tomada de posição, pode ser vista como uma aposta do Kremlin para reforçar o estatuto da Rússia como grande poder internacional (Gorenburg, 2014). Finalmente, também é destacado no documento a necessidade de apostar na manutenção da situação de paz e cooperação existente na região do Ártico, assim como na respectiva protecção ambiental (Rossiyskaya Gazeta, 2009).

Também em 2009 foi publicada a “Estratégia Nacional de Segurança da Rússia” e, embora este seja um documento mais abrangente, também faz referência à questão do Ártico. O foco do documento é dado ao desenvolvimento das infra-estruturas no Ártico, tendo em vista a redução de disparidades do nível de qualidade de vida entre russos, assim como à questão dos recursos energéticos e à exploração no Mar de Barents e de outras zonas do Ártico russo (Zysk, 2009).

5.3.1. Exploração de recursos energéticos no Ártico

Os recursos energéticos do Ártico são vistos como um ponto primordial da estratégia russa para a região, sendo importante destacar que o território russo, segundo a tabela nº1, poderá conter cerca de 52% dos hidrocarbonetos da região do Ártico, sendo a maioria referente a gás natural. Como é possível perceber, a região Ártica da Rússia tem um enorme potencial em termos energéticos, na medida em que se considera que a mesma «produz 91% do gás natural russo, 80% das reservas exploradas de gás natural encontram-se na região e 90% das reservas *offshore* russas de hidrocarbonetos também se encontram na região» (Glasby & Voytekhevsky, 2009). Em relação aos hidrocarbonetos encontrados na plataforma continental russa, «estima-se que as reservas recuperáveis de petróleo e gás natural (...) possam chegar aos 100 mil milhões de toneladas, dos quais petróleo e gás perfazem [uma percentagem] de 13% e 87%, respectivamente» (Glasby & Voytekhevsky, 2009). Estas jazidas encontram-se dispersas pelos quatro mares russos do Ártico⁵, tendo o Mar de Kara - aquele onde se estima estar grande parte da concentração de hidrocarbonetos - cerca de 44.4%, enquanto o Mar de Barents possuirá cerca de 25.6% na área de jurisdição russa (Glasby & Voytekhevsky, 2009). No entanto, a exploração destes recursos irá depender de alguns factores, «como a sua localização precisa e acessibilidade, a situação geral da procura e da oferta global e o custo da exploração no Ártico» (Jørgensen-Dahl, 2010b).

Com o potencial que a região detém não será de todo estranho que o Estado russo e as empresas petrolíferas estejam a desenvolver ali um forte investimento. Importa, então, fazer uma análise sobre os principais projectos que estão a ser desenvolvidos no Ártico russo. No entanto, Jørgensen-Dahl refere que a deslocação da indústria petrolífera russa para o Ártico também se deveu ao declínio das reservas na Sibéria Ocidental, à «subida da procura doméstica [de energia] devido ao crescimento económico e aos compromissos de longo-prazo com a Europa» (Jørgensen-Dahl, 2010b).

Na região de Timan-Pechora, mais propriamente no Mar de Pechora, foi descoberta, em 1989, a jazida de Prirazlomnoye, que é neste momento um dos elementos essenciais da estratégia da Gazprom, sendo a primeira plataforma petrolífera resistente ao gelo e auto-sustentável durante um ano (Gazprom, 2014b). O

⁵ Mar de Kara, Mar de Barents, Mar de Okhotsk e Mar de Pechora.

desenvolvimento desta plataforma poderá significar cerca de 530 milhões de barris de hidrocarbonetos e tornou-se viável devido ao apoio do governo russo através de benefícios fiscais (U.S. Energy Information Administration, 2014a). Em 2014, foi anunciado o primeiro carregamento de petróleo produzido nesta plataforma petrolífera, que continha 70.000 toneladas de petróleo e teve como destino o noroeste europeu, sendo o carregamento feito por via marítima (OGJ editors , 2014).

Já no Mar de Barents está em desenvolvimento, desde 2006, o projecto para construção da plataforma petrolífera de Shtokman. A jazida de gás natural foi descoberta em 1998, estimando-se que contenha cerca de 3.9 triliões de gás natural (m³) e 56 milhões de toneladas de gás condensado, sendo que na área de licença da Gazprom estima-se que haja 3.8 triliões de gás natural (m³) e 53.4 milhões de toneladas de gás condensado. No projecto está também incluído um gasoduto que ligará Teriberka ao sistema de gasodutos em São Petersburgo e que, conseqüentemente, terá como destino a Europa (Gazprom, 2014c). Por ser um projecto ambicioso e por não ter tido das autoridades russas o mesmo tipo de benefícios fiscais que o de Prirazlomnoye, este projecto tem sido constantemente adiado e, em 2012, foi mesmo adiado sem data definida (U.S. Energy Information Administration, 2014a; OGJ Editors, 2012).

A região autónoma de Yamal-Nenets e, em especial, a Península de Yamal, está também a sofrer grandes transformações devido à existência de recursos energéticos. A região é produtora de gás natural mas, nos últimos tempos, têm-se vindo a verificar progressos na produção de petróleo bruto (U.S. Energy Information Administration, 2014a). Como referimos, a região é rica em gás natural, contendo várias jazidas mas verifica-se uma maior concentração na Península de Yamal e é nesta área que a Gazprom está a desenvolver o denominado “*Yamal megaproject*”, que engloba um total de 11 jazidas de gás e 15 de petróleo (Gazprom, 2014d).

Finalmente, importa fazer referência aos projectos russos no Mar de Kara que, como foi referido anteriormente, é aquele com maior potencial energético. No Mar de Kara está envolvida a companhia petrolífera Rosneft, que adquiriu três licenças para explorar uma área que terá, segundo as estimativas, cerca de 21.5 mil milhões de toneladas de equivalente de petróleo (Rosneft, 2014). Em 2011, assinalou-se a cooperação entre a companhia russa e a gigante ExxonMobil com a finalidade de desenvolverem em conjunto as três áreas no Mar de Kara (Rosneft, 2014).

Em suma, é possível depreender que, apesar dos adiamentos constantes ao projecto Shtokman, a Rússia é o Estado com maior potencial em termos de recursos energéticos e, dos três já referidos, aquele que regista uma maior produção na região. Este facto explica-se pela quantidade de jazidas de petróleo *onshore* existentes na região Ártica da Rússia, já que em *offshore* o Estado só possui a plataforma de Prirazlomnoye a produzir.

Conclusão

A UE tem, nos últimos anos, cumprido diligências no sentido de alargar o rol de Estados e regiões fornecedoras de recursos energéticos. O Ártico apresenta-se como uma das regiões a considerar como possível alternativa para o fornecimento de hidrocarbonetos à Europa e, para isso, o alargamento das parcerias com os Estados do Ártico assume-se como necessário para a política energética da UE. No entanto, a UE tem ainda que ultrapassar algumas questões na sua política energética para que os hidrocarbonetos do Ártico possam significar uma alternativa real e efectiva para os Estados da UE. Em primeiro lugar, apresenta-se como determinante que a UE melhore a sua rede interna de *pipelines*, para que os recursos energéticos dali provenientes não beneficiem só os Estados do Norte da UE. Também, relacionado com a necessidade de maior interligação entre os Estados-Membros da UE, relembramos a carência de uma política energética europeia mais solidária e que possa apoiar os Estados-Membros da UE mais dependentes dos hidrocarbonetos russos, no caso de se virem a deparar com uma eventual quebra no fornecimento energético.

Em suma, para que a UE possa usufruir inteiramente de um fornecimento energético do Ártico, será necessário um melhoramento das infra-estruturas internas de fornecimento energético e, também, de uma política energética europeia mais coesa.

Como foi possível demonstrar, no Ártico encontram-se importantes concentrações de petróleo e gás natural, situação que faz com que os Estados da região tenham vindo a fazer um sério investimento na exploração de jazidas de hidrocarbonetos no Oceano Ártico. Dos Estados estudados foi possível compreender que, apesar dos vários projectos exploratórios de hidrocarbonetos, até ao momento, o desenvolvimento da indústria petrolífera na região tem sido lento. Das várias

explorações feitas, só duas resultaram em plataformas petrolíferas, uma na Noruega, no Mar de Barents, e outra na Rússia, no Mar de Pechora.

Apesar da existência de recursos energéticos na região do Ártico, ainda subsistem muitos obstáculos à exploração e produção de recursos energéticos. Em primeiro lugar, o clima inóspito ainda significa um perigo nas operações de exploração e perfuração de hidrocarbonetos. Em algumas áreas mais setentrionais do Ártico, o clima apenas possibilita que as operações de exploração e perfuração sejam realizadas nos meses do Verão. No entanto, mesmo nos meses mais quentes do ano, a grande concentração de gelo em algumas áreas e a possibilidade de um choque com um icebergue errante fazem com que mesmo as operações preliminares apresentem dificuldades na região.

Em segundo lugar, relembremos as questões decorrentes do aumento de poluição no Ártico e do perigo que esse facto significaria para a biodiversidade da região. Apesar das preocupações reveladas pelos Estados, e mesmo pela União Europeia, no sentido de apostar numa exploração sustentável dos recursos da região, com o desenvolvimento da exploração petrolífera e com o aumento do tráfego marítimo será natural que haja um aumento da poluição na região. O episódio recente do derramamento de petróleo no Golfo do México veio refrear um pouco a exploração de hidrocarbonetos no Ártico na medida em que, pela fragilidade da região, um episódio similar seria catastrófico para a biodiversidade ali existente e resultaria em pesadas multas para as companhias petrolíferas responsáveis, não sendo um risco que valha a pena correr. Importa, também, salientar a importância que as agências ambientais têm tido na oposição ao desenvolvimento da indústria petrolífera na região. Agências como a *Greenpeace* têm levado a cabo várias acções de protesto no sentido de alertar a Comunidade Internacional para os perigos da exploração de hidrocarbonetos no Ártico.

Em terceiro lugar, apesar de nos últimos anos se ter verificado algum progresso, a questão tecnológica continua a representar um desafio à exploração, perfuração e consequente produção de hidrocarbonetos no Ártico. Actualmente, ainda subsistem algumas insuficiências tecnológicas que impossibilitam que as companhias petrolíferas consigam ultrapassar os obstáculos suscitados pelo severo clima da região e pelas imperiosas regras de segurança ambiental, que terão de ser seriamente seguidas pelas companhias petrolíferas.

Em suma, todos estes obstáculos associados a uma certa ineficiência que as companhias petrolíferas têm demonstrado no campo da exploração de hidrocarbonetos, poderiam ser suficientes para afirmar que, no presente, o Ártico não se apresenta como uma via alternativa para a estratégia de segurança energética da União Europeia. No entanto, como já foi possível alertar no decurso desta dissertação, a opção Ártico nunca poderia ser vista como uma alternativa a curto prazo e o desenvolvimento da região como produtora de hidrocarbonetos seria sempre um projecto moroso.

Assim, convém lembrar que os efeitos do aquecimento global têm sido mais intensos no Ártico. E, com a contínua transformação do gelo da região em água, haverá uma maior propensão para o aquecimento daquele Oceano, o que poderá justificar a expectativa de concretização de um acesso alargado à região. Com condições mais propícias para a exploração de hidrocarbonetos, será de crer que as companhias petrolíferas sejam também mais eficientes nos seus projectos de exploração.

Importará, agora, passar à análise das várias hipóteses lançadas no início desta dissertação e que apoiarão a chegada a uma resposta à pergunta de partida.

A primeira hipótese foi formulada no sentido de considerar que a Gronelândia poderá ser vital para a expansão de fornecedores energéticos da UE. Em primeiro lugar e a nível interno, por um lado, a Gronelândia possui um potencial em termos de recursos energéticos equivalente a um Estado como a Líbia, tendo como ponto a favor face à Líbia o facto de ser um território politicamente estável, não havendo o risco de surgirem cortes no fornecimento de hidrocarbonetos devido à instabilidade política no território, como aconteceu com a Líbia no período da Primavera Árabe. Como foi possível observar anteriormente, há uma clara distinção entre os Estados que dependem maioritariamente da exportação de recursos energéticos e que possuem sistemas políticos frágeis e os Estados que, apesar de serem ricos em hidrocarbonetos, possuem instituições democráticas consolidadas. A principal diferença entre estes Estados encontra-se na fiabilidade do fornecimento energético. Por outro lado, ao contrário da Rússia e da Noruega, a Gronelândia não possui uma indústria petrolífera desenvolvida pelo que teriam de ser construídas plataformas petrolíferas e também novas vias de fornecimento, o que torna mais moroso e complexo o desenvolvimento da indústria petrolífera no território.

Além disso, a nível externo, por um lado, a Gronelândia apresenta-se como um parceiro próximo da UE. Para além de ser um dos territórios constituintes do Reino da Dinamarca, Estado-Membro da UE, a Gronelândia possui, igualmente, o estatuto de País e Território Ultramarino da UE. Para além das ligações institucionais, a UE demonstrou nas Comunicações da Comissão, vontade em reforçar a parceria com a Gronelândia no campo da exploração sustentável de recursos energéticos. Existe também, por parte da Gronelândia, abertura para o diálogo alargado com a UE. Por outro lado, as preocupações ambientais apresentam-se como o principal obstáculo ao investimento das companhias petrolíferas na região. Como foi possível observar, apesar das dezenas de licenças de exploração no território, as operações de perfuração parecem ter congelado, muito por causa do perigo que um derrame de petróleo poderia significar para o frágil ambiente da Gronelândia.

Em suma, actualmente, não nos é possível afirmar com segurança qual será, para a UE, o verdadeiro valor da Gronelândia em termos de recursos energéticos. No entanto, se as empresas petrolíferas conseguirem ultrapassar os obstáculos na exploração de hidrocarbonetos na região e que estão fundamentalmente relacionados com as preocupações ambientais e de falta de infra-estruturas, a Gronelândia poderá vir a apresentar-se como um fornecedor fiável de recursos energéticos para a UE no futuro. A Gronelândia possui, segundo os estudos, um potencial energético assinalável e, apesar de ser um território autónomo, faz parte do Reino da Dinamarca, Estado-Membro da EU, e portanto um parceiro fiável. A própria UE revelou nas Comunicações da Comissão a necessidade de alargar a parceria com a Gronelândia no plano da exploração de recursos energéticos, o que revela que a UE vê com interesse a aproximação ao território.

A segunda hipótese equacionava a possibilidade de que o Mar de Barents (norueguês) se apresentasse como uma nova fonte de energia para a UE. Com base na investigação que desenvolvemos, foi possível chegar a algumas conclusões. A parte norueguesa do Mar de Barents assume-se como fulcral na estratégia da segurança energética da Noruega. Como foi possível constatar, há já uma plataforma petrolífera a produzir hidrocarbonetos no Mar de Barents e as operações de exploração e perfuração continuam. A Noruega também beneficia do Mar de Barents pelo facto de este último se encontrar numa área mais austral do Ártico, não havendo assim uma acumulação de gelo tão elevada como em áreas mais a norte, facilitando as operações das companhias

petrolíferas. Outro ponto que importa destacar é a experiência que o Estado norueguês detém na exploração de recursos energéticos *offshore*, retirada da produção de hidrocarbonetos no Mar do Norte e no Mar da Noruega. Um ponto negativo, mas já esperado, advém da necessidade de um período de, pelo menos, dez anos para o desenvolvimento da produção de hidrocarbonetos no Mar de Barents. Para além deste facto, a Noruega necessita também de melhorar as infra-estruturas da rede energética, de forma a ligar as plataformas do Mar de Barents à rede de *pipelines* do Mar da Noruega, para um fornecimento mais expedito ao mercado europeu.

No que toca às relações externas da Noruega, como foi possível apurar, o Estado Escandinavo pertence ao EEE e participa no BEAC e no ND, sendo também um dos principais parceiros energéticos da UE. Assim, existe uma parceria alargada entre a UE e a Noruega que, segundo as Comunicações da Comissão, será para continuar.

Em suma, parece-nos que o Mar de Barents poderá representar uma nova fonte energética para a UE. Apesar de já ser um dos principais fornecedores de energia, não nos parece que esse facto seja um problema, já que, como foi possível observar, a Noruega, apesar de ser um Estado rico em recursos energético, é, antes de tudo, um Estado democrático sólido, sendo um parceiro energético fundamental para a UE. Apesar de ainda ser necessário pelo menos uma década para o pleno desenvolvimento da indústria petrolífera na região, parece-nos que o Mar de Barents se tornará uma nova área de produção de hidrocarbonetos.

Finalmente, a última hipótese refere que a aposta no Ártico poderá contribuir para a manutenção da dependência europeia face aos recursos energéticos da Rússia. Esta hipótese parece confirmar-se, em primeiro lugar, porque é já do Ártico russo que vem grande parte do fornecimento energético para a UE e, em segundo lugar, porque a Rússia é o Estado da região que, segundo os estudos, possui uma maior concentração de recursos energéticos. E apesar da produção *offshore* de hidrocarbonetos na Rússia se resumir a uma plataforma petrolífera, tal como acontece na Noruega, a extensão de costa que a Rússia possui na região permite que haja uma maior probabilidade de que mais jazidas petrolíferas surjam na plataforma continental russa.

Em suma e, respondendo à questão de partida, parece-nos que a região do Ártico tem potencial para poder contribuir para o alargamento das regiões fornecedoras de recursos energéticos. No entanto, não é certo que este alargamento seja totalmente

satisfatório para a UE, já que se estima que grande parte da concentração de petróleo e gás natural possam ser encontrados em território russo.

Bibliografia

- Ação Externa da União Europeia. (2014). *Northern Dimension*. Obtido em 6 de Setembro de 2014, de European Union External Action: http://eeas.europa.eu/north_dim/index_en.htm
- Aenergi. (26 de Setembro de 2012). “*EU has no authority in the Arctic*”, says Norway deputy oil minister. Obtido em 7 de Setembro de 2014, de Aenergi: http://www.aftenbladet.no/energi/aenergy/EU-has-no-authority-in-the-Arctic_-says-Norway-deputy-oil-minister-3037819.html
- Agnew, J. (2003). *Geopolitics: Re-Visioning World Politics*. Londres : Routledge.
- AIE. (2014a). *FAQs: Oil*. Obtido em 9 de Setembro de 2014, de International Energy Agency: <http://www.iea.org/aboutus/faqs/oil/>
- AIE. (2014b). *Topic: Energy Security*. Obtido em 8 de Setembro de 2014, de International Energy Agency: <http://www.iea.org/topics/energysecurity/>
- AlJazeera. (23 de Maio de 2014). *WTO upholds EU ban on seal products*. Obtido em 7 de Setembro de 2014, de AlJazeera: <http://www.aljazeera.com/news/europe/2014/05/wto-upholds-eu-ban-seal-products-2014522223926104500.html>
- Almeida, P. V. (2012). *Do Poder do Pequeno Estado*. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- AMAP. (1997). *Arctic Pollution Issues: A State of the Arctic Environment Report*. Oslo: Arctic Monitoring and Assessment Programme. Obtido de Arctic Monitoring and Assessment Programme.
- AMAP. (2014). *About AMAP - Geographical Coverage*. Obtido em 03 de 05 de 2013, de Arctic Monitoring and Assessment Programme: <http://www.amap.no/AboutAMAP/GeoCov.htm>
- Amorim, D. (2013). *Estratégias de Segurança Energética no Ártico: Canadá e Noruega*. Tese de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade do Minho: Escola de Economia e Gestão, Braga.

- Ansoff, H. I. (1977). *Estratégia Empresarial*. São Paulo : McGraw-Hill.
- Aron, R. (1984). *Paix et guerre entre les nations* (8ª ed.). Paris: Calmann-Lévy.
- Bahgat, G. (Setembro de 2006). Europe's energy security: challenges and opportunities. (C. Soper, Ed.) *International Affairs*, 82, pp. 961–975.
- Bahgat, G. (1 de Setembro de 2012). *Preliminary assessment of Arab Spring's impact on oil and gas in Egypt, Libya*. Obtido em 4 de Setembro de 2014, de Oil&Gas Journal: <http://www.ogj.com/1/vol-110/issue-1a/exploration-development/preliminary-full.html>
- Balão, S. M. (Janeiro/Junho de 2012). A PESC, a PESD, a PCSD e a definição da Estratégia da UE para o Ártico. (A. Ribeiro, C. A. Mendes, D. Lopes, I. M. Valente, J. A. Castro, & O. Rio, Edits.) *Debater a Europa*, 6, pp. 169-206.
- Balão, S. M. (2013). Globalização, Geopolítica e Conflito. O Caso do Ártico e a Abertura da Rota do Norte. In A. S. Lara, *A Crise e o Futuro* (pp. 51-102). Lisboa: Pedro Ferreira - Artes Gráficas, Lda.
- Barents Euro-Arctic Council. (Outubro de 2013). *Cooperation in the Barents Euro-Arctic Region*. Obtido em 6 de Setembro de 2014, de Barents Euro-Arctic Council: <http://www.beac.st/in-English/Barents-Euro-Arctic-Council/Introduction>
- BBC News. (2 de Janeiro de 2006). *Russia vows to end gas shortage*. Obtido em 4 de Setembro de 2014, de BBC News: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4575726.stm#table>
- Beaufre, A. (1985). *Introduction à la stratégie*. Paris: Economica.
- Belkin, P. (30 de Março de 2008). The European Union's Energy Security Challenges. *PfP Consortium Quarterly Journal*, 7, pp. 76-102.
- Bessa, A. M. (2012). *O Olhar do Leviathan: Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*. Lisboa: EDIUAL.
- Bessa, A. M., & Pinto, J. N. (2009). *O Poder na História*. Lisboa: Editorial Verbo.

- Bilgin, M. (Novembro de 2009). Geopolitics of European natural gas demand: Supplies from Russia, Caspian and the Middle East. *Energy Policy*, 37, pp. 4482-4492.
- Bird, K. J., Charpentier, R. R., Gautier, D. L., Houseknecht, D. W., Klett, T. R., Pitman, J. K., . . . Wandrey, C. J. (2008). *Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle*. Obtido em 20 de Agosto de 2014, de United States Geological Survey: <http://pubs.usgs.gov/fs/2008/3049/>
- Borgerson, S. G. (Março/Abril de 2008). *Arctic Meltdown: The Economic and Security Implications of Global Warming*. Obtido em 22 de Agosto de 2014, de Foreign Affairs: <http://www.foreignaffairs.com/articles/63222/scott-g-borgerson/arctic-meltdown>
- BP. (Junho de 2014a). *BP Statistical Review of World Energy June 2014*. Obtido em 3 de Setembro de 2014, de BP: bp.com/statisticalreview
- BP. (2014b). *Map of Shah Deniz and the Southern Gas Corridor*. Obtido em 11 de Setembro de 2014, de BP: <http://www.bp.com/en/global/corporate/press/bp-magazine/issue-one-2014/map-of-shah-deniz-and-the-southern-gas-corridor.html>
- Brown, C., & Ainley, K. (2005). *Understanding International Relations*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Brzezinski, Z. (1997). *The Grand Chessboard*. New York: Basic Books.
- Budzik, P. (19 de Outubro de 2009). *Arctic Oil and Natural Gas Potential*. Obtido em 20 de Agosto de 2014, de EIA: <http://www.eia.gov/oiaf/analysispaper/arctic/>
- Carvalho, V. d. (1986). *Estratégia Global e Subsídios para uma Grande Estratégia Nacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Charnay, J.-P. (1990). *Critique de la stratégie*. Paris: L'Herne.
- CIA. (2013). *The World Factbook: The Arctic Ocean*. Obtido em 03 de 05 de 2013, de CIA: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/xq.html>

- Clausewitz, C. v. (1997). *Da Guerra* (2ª ed.). Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- Cohen, S. B. (2003). *Geopolitics of the World System*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Comiso, J. C., & Hall, D. K. (2014). Climate trends in the Arctic as observed from space. *WIREs Climate Change*, pp. 389–409.
- Comissão Europeia. (2000). *Green Paper: Towards a European strategy for the security of energy supply*. COM/2000/0769 final, Comissão Europeia, Bruxelas. Obtido de Comissão Europeia.
- Comissão Europeia. (2006). *Livro Verde: Estratégia europeia para uma energia sustentável, competitiva e segura*. COM(2006) 105 final, Comissão Europeia, Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2007). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Uma política marítima integrada para a União Europeia*. COM(2007) 575 final, Comissão Europeia, Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2008a). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: An EU Energy Security and Solidarity Action Plan*. COM(2008) 781 final, Comissão Europeia, Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2008b). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: A União Europeia e a Região do Ártico*. COM(2008) 763 final, Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2009). *The January 2009 Gas Supply Disruption to the EU: An Assessment*. SEC(2009) 977 final, Comissão Europeia, Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2010). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Energia 2020 Estratégia para uma energia competitiva, sustentável e segura*. COM(2010) 639 final, Comissão Europeia, Bruxelas.

- Comissão Europeia. (2011a). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee of the Regions on security of energy supply and international cooperation: The EU Energy Policy Engaging with Partners beyond Our Borders*. COM(2011) 539 final, Comissão Europeia, Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2011b). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Fazer face aos desafios nos mercados dos produtos de base e das matérias-primas*. COM(2011) 25 final, Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2014a). *Commission Staff Working Document: In-depth study of European Energy Security*. SWD(2014) 330 final/2, Comissão Europeia, Bruxelas.
- Comissão Europeia. (2014b). *Energy from abroad: EU-OPEC Energy Dialogue*. Obtido em 3 de Setembro de 2014, de European Commission: http://ec.europa.eu/energy/international/organisations/opec_en.htm
- Comissão Europeia; Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. (2012a). *Joint Staff Working Document: The inventory of activities in the framework of developing a European Union Arctic Policy*. SWD(2012) 182 final, Comissão Europeia; Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Bruxelas.
- Comissão Europeia; Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. (2012b). *Joint Communication to the European Parliament and the Council: Developing a European Union Policy towards the Arctic region: progress since 2008 and next steps*. JOIN(2012) 19 final, Comissão Europeia; Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Bruxelas.
- Conselho da União Europeia. (2009). *Council conclusions on Arctic issues: 2985th Foreign Affairs Council meeting*. Bruxelas.

- Conselho da União Europeia. (2014). *Council conclusions on developing a European Union Policy towards the Arctic Region: Foreign Affairs Council meeting Brussels, 12 May 2014*. Conselho da União Europeia, Bruxelas.
- Conselho do Ártico. (7 de Abril de 2011). *About Arctic Council*. Obtido em 24 de Janeiro de 2014, de Arctic Council: <http://www.arctic-council.org/index.php/en/about-us/arctic-council/about-arctic-council>
- Conselho do Ártico. (19 de Setembro de 2011). *Maps*. Obtido em 04 de Agosto de 2014, de Arctic Council: <http://www.arctic-council.org/images/maps/boundaries.pdf>
- Coutau-Bégarie, H. (1999). *Traité de Stratégie*. Paris: Economica.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia : Apontamentos para um Curso* (Vol. I). Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Critchlow, A. (7 de Setembro de 2014). *Arctic drilling is inevitable: if we don't find oil in the ice, then Russia will*. Obtido em 8 de Setembro de 2014, de The Telegraph: <http://www.telegraph.co.uk/finance/newsbysector/energy/11080635/Arctic-drilling-is-inevitable-if-we-dont-find-oil-in-the-ice-then-Russia-will.html>
- Damanaki, M. (2013). *Speech: The Arctic: an EU Perspective*. SPEECH/13/33, Comissão Europeia, Bruxelas.
- Dempsey, J. (1 de Julho de 2013). *Victory for Russia As the EU's Nabucco Gas Project Collapses*. Obtido em 3 de Setembro de 2014, de Carnegie Europe: <http://www.carnegieeurope.eu/strategieurope/?fa=52246>
- Dias, C. M. (2005). Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos. In S. M. Balão, *A PESC, a PESD, a PCSD e a definição da Estratégia da UE para o Ártico*. Lisboa: Prefácio.
- Directorate-General For Trade. (2014). *Norway: Trade Statistics*. Comissão Europeia, Bruxelas.
- Dodds, K. (2008). Icy Geopolitics. (K. Dodds, Ed.) *Environment and Planning D: Society and Space*, 26, pp. 1-6.

- Dodds, K. (Fevereiro de 2010a). Flag planting and finger pointing: The Law of the Sea, the Arctic and the political geographies of the outer continental shelf. (J. O'Loughlin, Ed.) *Political Geography*, 29, pp. 63-73.
- Dodds, K. (Outubro de 2010b). A Polar Mediterranean? Accessibility, Resources and Sovereignty in the Arctic. (D. Held, E.-M. Nag, & D. Rodrik, Edits.) *Global Policy*, 1, pp. 303-311.
- Doyle, A. (13 de Maio de 2014). *Norway bets on global warming in Arctic oil and gas drive*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Reuters: <http://uk.reuters.com/article/2014/05/13/energy-arctic-idUKL6N0NZ3GV20140513>
- Egenhofer, C. (Outubro de 2006). Integrating Security of Supply, Market Liberalisation and Climate Change: The European Commission's Green Paper on Secure, Competitive and Sustainable Energy for Europe from a security-of-supply perspective. (F. Heisbourg, Ed.) *European Energy Security: What Should it Mean? What to Do?*, pp. 4-14.
- Eiras, R. (Junho de 2011). Os Desafios Estratégicos da Segurança Energética Europeia. *Segurança Nacional e Estratégias Energéticas de Portugal e de Espanha*, pp. 17-35.
- Eninorge. (2014). *Goliat: Facts*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Eninorge: <http://www.eninorge.com/en/field-development/goliat/facts/>
- Ernst & Young. (2013). *Arctic Oil and Gas*. Obtido em 20 de Agosto de 2014, de Ernst & Young: [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Arctic_oil_and_gas/\\$File/Arctic_oil_and_gas.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Arctic_oil_and_gas/$File/Arctic_oil_and_gas.pdf)
- Euractiv. (14 de Maio de 2009). *EU-Russia summit to focus on 'hard security'*. Obtido em 7 de Setembro de 2014, de Euractiv: <http://www.euractiv.com/priorities/eu-russia-summit-focus-hard-secu-news-221812>
- Euroactiv. (24 de Janeiro de 2006). *France unveils proposals for EU energy policy*. Obtido em 4 de Setembro de 2014, de Euroactiv:

<http://www.euractiv.com/energy/france-unveils-proposals-eu-energy-policy/article-151855>

Europe's Energy Portal. (2014). *Dictionary*. Obtido em 9 de Setembro de 2014, de Europe's Energy Portal: <http://www.energy.eu/dictionary/data/1428.html>

Eurostat. (Maio de 2014). *Energy production and imports*. Obtido em 3 de Setembro de 2014, de Eurostat: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Energy_production_and_imports

Ferreira, L. (16 de Março de 2014). *Europa trabalha para ser menos dependente do gás russo e da Ucrânia*. Obtido em 02 de Setembro de 2014, de Público: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/europa-trabalha-para-ser-menos-dependente-do-gas-russo-e-da-ucrania-1628437>

Fidler, C., & Noble, B. (Abril de 2012). Advancing strategic environmental assessment in the offshore oil and gas sector: Lessons from Norway, Canada, and the United Kingdom. (E. Johnson, Ed.) *Environmental Impact Assessment Review*, 34, pp. 12-21.

Frade, C. (2013). *A Política Energética da União Europeia. Segurança e Cooperação*. Tese de Mestrado em Relações Internacionais, ISCSP-UTL, Lisboa.

Friedman, T. L. (1 de Maio de 2006). *The First Law of Petropolitics*. Obtido em 11 de Agosto de 2014, de Foreign Policy: http://www.foreignpolicy.com/articles/2006/04/25/the_first_law_of_petropolitics

Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. Nova Iorque: The Free Press.

Gazprom. (2014a). *Nord Stream*. Obtido em 27 de Setembro de 2014, de Gazprom: <http://www.gazprom.com/about/production/projects/pipelines/nord-stream/>

Gazprom. (2014b). *Prirazlomnoye oil field*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Gazprom: <http://www.gazprom.com/about/production/projects/deposits/pnm/>

- Gazprom. (2014c). *Shtokman*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Gazprom: <http://www.gazprom.com/about/production/projects/deposits/shp/>
- Gazprom. (2014d). *Yamal megaproject*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Gazprom: <http://www.gazprom.com/about/production/projects/mega-yamal/>
- Glasby, G. P., & Voytekhovskiy, Y. L. (Julho de 2009). *Arctic Russia: Minerals and Mineral Resources*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Geochemical Society: <http://www.geochemsoc.org/publications/geochemicalnews/gn140jul09/arcticrussiamineralsandmin/>
- Gloystein, H. (17 de Abril de 2014). *Russia's South Stream pipeline splits EU energy policy*. Obtido em 3 de Setembro de 2014, de Reuters: <http://www.reuters.com/article/2014/04/17/us-ukraine-crisis-gas-southstream-analys-idUSBREA3G1KP20140417>
- Gorenburg, D. (12 de Fevereiro de 2014). *How to understand Russia's Arctic strategy*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de The Washington Post: <http://www.washingtonpost.com/blogs/monkey-cage/wp/2014/02/12/how-to-understand-russias-arctic-strategy/>
- Gray, C. S. (1999). *Modern Strategy*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Hassol, S. J. (2004). *Arctic Climate Impact Assessment: Impacts of a Warming Arctic*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Heininen, L. (13 de Dezembro de 2010a). Post–Cold War Arctic Geopolitics: Where Are the Peoples and the Environment? (M. Bravo, & N. Triscott, Edits.) *Arctic Perspective Cahier No. 2: Arctic Geopolitics & Autonomy*, 2, pp. 89-103.
- Heininen, L. (2010b). Circumpolar International Relations and Cooperation. In L. Heininen, C. Southcott, L. Heininen, & C. Southcott (Edits.), *Globalization and the Circumpolar North* (pp. 265-306). Fairbanks: University of Alaska Press.
- Holland, M. M., & Bitz, C. M. (17 de Junho de 2003). Polar amplification of climate change in the coupled model intercomparison project. (J.-C. Duplessy, E.

- Schneider, S. Corti, B. Kirtman, & J. Lu, Edits.) *Climate Dynamics*, pp. 221-232. Obtido de Atmospheric Sciences - University of Washington.
- Holtsmark, S. G., & Smith-Windsor, B. A. (27 de Março de 2009). Introduction. (S. G. Holtsmark, & B. A. Smith-Windsor, Edits.) *Security Prospects in the High North: Geostrategic Thaw or Freeze?*, pp. 6-27.
- Hovet, J., & Lopatka, J. (4 de Janeiro de 2009). *Czechs say gas supplies drop by 5 pct.* Obtido em 4 de Setembro de 2014, de Reuters: <http://www.reuters.com/article/2009/01/04/russia-ukraine-gas-czech-idUSL430754320090104>
- IAEM. (1993). Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica. In S. M. Balão, *A PESC, a PESD, a PCSD e a definição da Estratégia da UE para o Ártico*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Isted, K. (Spring de 2009). Sovereignty in the Arctic: An Analysis of Territorial Disputes & Environmental Policy Considerations. *Florida State University Journal of Transnational Law & Policy*, 18, pp. 344-369.
- Jørgensen-Dahl, A. (2010a). *Arctic Hydrocarbon Resources: A Note on Data, Information, Terms and Definitions*. Obtido em 9 de Setembro de 2014, de Arctic Search: <http://www.arctic-search.com/Arctic+Hydrocarbon+Resources%3A+A+Note+on+Data%2C+Information%2C+Terms+and+Definitions&structure=Arctic+Energy+and+Mineral+Resources>
- Jørgensen-Dahl, A. (2010b). *Arctic Resources and Shipping of Oil, Gas, Ore, and Forest Products along the Northeast Passage*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Arctic Search: <http://www.arctic-search.com/Arctic+Resources+and+Shipping+of+Oil%2C+Gas%2C+Ore%2C+and+Forest+Products+along+the+NEP>
- Kemper, A., & Martin, R. (27 de Março de 2014). *The rush for new oil and gas sources is pushing us towards extreme actions*. Obtido em 19 de Agosto de 2014, de The Guardian: <http://www.theguardian.com/sustainable-business/blog/rush-new-oil-gas-sources-extreme-measures-arctic-russia>

- Kingdom of Denmark. (Agosto de 2011). *Denmark, Greenland and the Faroe Islands: Kingdom of Denmark Strategy for the Arctic 2011-2020*. Copenhagen; Nuuk; Tórshavn: Ministry of Foreign Affairs of Denmark; Department of Foreign Affairs of Greenland; Ministry of Foreign Affairs of the Faroes.
- Koivurova, T., Kokko, K., Duyck, S., Sellheim, N., & Stepien, A. (2011). *The present and future competence of the European Union in the Arctic*. University of Lapland. Rovaniemi: Cambridge University Press.
- Laca, P. (19 de Janeiro de 2009). *Slovakia wants EU united for gas cut compensation*. Obtido em 4 de Setembro de 2014, de Reuters: <http://uk.reuters.com/article/2009/01/19/russia-ukraine-gas-slovakia-idUKLJ59326220090119>
- Lara, A. d. (2013). *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.
- Lara, A. d. (2013). O Regresso ao Futuro: Ideologia, Política, Geopolítica. In C. G. Costa, T. A. Silva, P. J. Manuel, R. Jóia, J. A. Fernandes, A. C. Alves, . . . S. M. Balão, *A Crise e o Futuro* (pp. 19-42). Lisboa: Pedro Ferreira, Artes Gráficas, Lda.
- Leal, J. (2012). *O Ártico como Espaço Geopolítico*. Tese de Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais, ISCTE-IUL: Departamento de História, Lisboa.
- Lindholt, L. (Novembro de 2009). *Arctic natural resources in a global perspective*. (S. Glomsrod, & I. Aslaksen, Edits.) Obtido em 24 de Janeiro de 2014, de Statistics Norway: www.ssb.no/a/english/publikasjoner/pdf/sa84_en/kap3.pdf
- Lorenz, W. (Fevereiro de 2013). Could the Arctic Warm Up NATO-Russia Relations? *PISM Policy Papers*, pp. 1-6.
- Macalister, T. (3 de Janeiro de 2014). *BP wins first Greenland drilling concession despite chequered record: Greenpeace says decision to open country's pristine waters to company responsible for Deepwater Horizon spill beggars belief*. Obtido em 8 de Setembro de 2014, de The Guardian:

<http://www.theguardian.com/business/2014/jan/03/bp-wins-first-greenland-drilling-deepwater-horizon>

Mahan, A. T. (2007). *The Influence of Sea Power Upon History, 1660 - 1783*. Nova Iorque: Cosimo, Inc.

Maltby, T. (Abril de 2013). European Union energy policy integration: A case of European Commission policy entrepreneurship and increasing supranationalism. (A. Caparrós, & S. McDonnell, Edits.) *Energy Policy*, 55, pp. 435-444. Obtido de Energy Policy.

Martins, R. F. (Janeiro-Março de 1984). Acerca do Conceito de Estratégia. *Nação e Defesa*, pp. 98-125.

Martins, R. F. (Abril-Junho de 1996). Geopolítica e Geoestratégia. *Nação e Defesa*, pp. 22-78.

McGlade, C. E. (Fevereiro de 2012). A Review of the Uncertainties in Estimates of Global Oil Resources. (H. Yoon, & J. M. Choi, Edits.) *Energy*, 47, pp. 262-270.

McGwin, K. (12 de Dezembro de 2013). *If Exxon speaks, will oil industry listen? World's largest oil company reportedly dropping Arctic oil for shale*. Obtido em 8 de Setembro de 2014, de The Arctic Journal: <http://arcticjournal.com/oil-minerals/if-exxon-speaks-will-oil-industry-listen>

Mineral Licence and Safety Authority. (1 de Setembro de 2014). *List of Mineral and Petroleum Licences in Greenland*. Obtido em 8 de Setembro de 2014, de Government of Greenland: http://www.govmin.gl/images/stories/minerals/list_of_licences/list_of_licences.pdf

Moreira, A. (1993). *Ciência Política*. Coimbra : Almedina.

Moreira, A. (1996). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.

Mychajlyszyn, N. (24 de Outubro de 2008). *The Arctic: Geopolitical Issues*. Obtido em 28 de Abril de 2014, de Parliament of Canada: <http://www.parl.gc.ca/Content/LOP/researchpublications/prb0806-e.pdf>

- Myers, S. L. (15 de Maio de 2013). *Arctic Council Adds 6 Nations as Observer States, Including China*. Obtido em 2014 de Janeiro de 24, de The New York Times: http://www.nytimes.com/2013/05/16/world/europe/arctic-council-adds-six-members-including-china.html?_r=0
- Neslen, A. (10 de Outubro de 2012). *Europe rejects ban on Arctic oil drilling*. Obtido em 7 de Setembro de 2014, de The Guardian: <http://www.theguardian.com/environment/2012/oct/10/europe-rejects-ban-arctic-oil-drilling>
- Neumann, J. V., & Morgenstern, O. (1953). *Theory of Games and Economic Behavior*. Princeton: Princeton University Press.
- Nilsen, T. (20 de Setembro de 2012). *MPs seek Arctic drilling moratorium*. Obtido em 9 de Setembro de 2014, de Barents Observer: <http://barentsobserver.com/en/energy/mps-seek-arctic-drilling-moratorium-20-09>
- Nilsen, T. (27 de Fevereiro de 2013). *Smiles for Big Arctic oil*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Barents Observer: <http://barentsobserver.com/en/energy/2013/02/smiles-big-arctic-oil-27-02>
- Nilsen, T. (25 de Agosto de 2014). *Barents oil drive for Northern Norway*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Barents Observer: <http://barentsobserver.com/en/energy/2014/08/barents-oil-drive-northern-norway-25-08>
- Nord Stream AG. (2014). *The Pipeline*. Obtido em 3 de Setembro de 2014, de Nord Stream AG: <https://www.nord-stream.com/the-project/pipeline/>
- Norwegian Ministry of Foreign Affairs. (2006). *The Norwegian Government's High North Strategy*. Oslo: Norwegian Ministry of Foreign Affairs.
- Norwegian Ministry of Foreign Affairs. (Fevereiro de 2009a). *Norway and the EU - partners for europe*. Obtido em 3 de Setembro de 2014, de Regjeringen: <http://www.regjeringen.no/upload/UD/Vedlegg/eu/Norway%20and%20the%20EU.pdf>

- Norwegian Ministry of Foreign Affairs. (2009b). *New Building Blocks in the North: The next step in the Government's High North Strategy*. Oslo: Norwegian Ministry of Foreign Affairs.
- Norwegian Petroleum Directorate. (26 de Abril de 2013). *The petroleum sector - Norway's largest industry*. Obtido em 3 de Setembro de 2014, de Norwegian Petroleum Directorate: <http://npd.no/en/Publications/Facts/Facts-2013/Chapter-3/>
- Norwegian Petroleum Directorate. (2014). *Exploration drilling results*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Norwegian Petroleum Directorate: <http://www.npd.no/en/news/Exploration-drilling-results/>
- Norwegian Petroleum Directorate. (5 de Maio de 2014). *Facts 2014: The Norwegian Petroleum Sector*. (Y. Tormodsgard, Ed.) Obtido em 9 de Setembro de 2014, de Norwegian Petroleum Directorate: <http://www.npd.no/en/Publications/Facts/>
- NSIDC. (2014a). *What is the Arctic?* Obtido em 24 de Janeiro de 2014, de National Snow & Ice Data Center: <http://nsidc.org/cryosphere/arctic-meteorology/arctic.html>
- NSIDC. (4 de Agosto de 2014b). *Arctic Ice News & Analysis*. Obtido em 16 de Agosto de 2014, de National Snow & Ice Data Center: <http://nsidc.org/arcticseaicenews/>
- Nyvold, M. (3 de Setembro de 2014). *Greenland Oil: Unrealistic Horizon*. Obtido em 8 de Setembro de 2014, de The Arctic Journal: <http://arcticjournal.com/oil-minerals/963/unrealistic-horizon>
- Ó Tuathail, G., & Dalby, S. (2002). Introduction: Rethinking Geopolitics - Towards a Critical Geopolitics. In G. Ó Tuathail, S. Dalby, G. Ó Tuathail, & S. Dalby (Edits.), *Rethinking Geopolitics* (pp. 1-15). Londres: Taylor & Francis e-Library.
- O'Connor, E. (2014). The Solution to Europe's Energy Security Challenges. *The Multilaw European Conference*. Dublin.
- Oettinger, G. H., & Novak, A. V. (Março de 2013). *Roadmap: EU-Russia Energy Cooperation until 2050*. Obtido em 02 de Setembro de 2014, de European Commission:

http://ec.europa.eu/energy/international/russia/doc/2013_03_eu_russia_roadmap_2050_signed.pdf

Offerdal, K. (27 de Maio de 2009). Security Prospects in the High North. (S. G. Holtsmark, & B. A. Smith-Windsor, Edits.) *Security Prospects in the High North: Geostrategic Thaw or Freeze?*, pp. 151-178.

Offerdal, K. (Março de 2010). Arctic Energy in EU Policy: Arbitrary Interest in the Norwegian High North. *Arctic*, 63, pp. 30-42.

Offerdal, K. (2014). *Norway: Norwegian High North Strategy*. Obtido em 9 de Setembro de 2014, de Geopolitics in the High North: http://geopoliticsnorth.org/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=41&Itemid=109

Offshore staff. (4 de Agosto de 2014). *Lundin receives clearance to appraise Gohta in Barents Sea*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Offshore: <http://www.offshore-mag.com/articles/2014/04/lundin-receives-clearance-to-appraise-gohta-in-barents-sea.html>

OGJ editors . (10 de Fevereiro de 2013). *Permian carbonates flow 4,300 b/d at Barents Gohta find*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Oil&Gas Journal: <http://www.ogj.com/articles/2013/10/permian-carbonates-flow-4-300-b-d-at-barents-gohta-find.html>

OGJ editors . (21 de Abril de 2014). *Gazprom loads first oil shipment from Arctic's Prirazlomnoye field*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Oil&Gas Journal: <http://www.ogj.com/articles/2014/04/gazprom-loads-first-oil-shipment-from-arctic-s-prirazlomnoye-field.html>

OGJ Editors. (30 de Agosto de 2012). *Gazprom: Shtokman project on indefinite hold*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Oil&Gas Journal: <http://www.ogj.com/articles/2012/08/gazprom-shtokman-project-on-indefinite-hold.html>

OPEP. (2014). *Brief History*. Obtido em 3 de Setembro de 2014, de Organization of the Petroleum Exporting Countries: http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/24.htm

- Østerud, Ø. (1988). The Uses and Abuses of Geopolitics. *Journal of Peace Research*, 25, pp. 191-199.
- Østhagen, A. (19 de Dezembro de 2012). *Dimensions of Oil and Gas Development in Greenland*. Obtido em 8 de Setembro de 2014, de The Arctic Institute: Center for Circumpolar Security Studies: <http://www.thearcticinstitute.org/2012/12/dimensions-of-oil-and-gas-development.html>
- Østhagen, A. (2013). The European Union - An Arctic Actor? (B. Feldtmann, & S. Rynning, Edits.) *Journal of Military and Strategic Studies*, 15, pp. 71-91.
- Parlamento Europeu. (2008). *European Parliament resolution of 9 October 2008 on Arctic governance*. P6_TA(2008)0474, Parlamento Europeu, Bruxelas.
- Parlamento Europeu. (2011). *European Parliament resolution of 20 January 2011 on a sustainable EU policy for the High North*. P7_TA(2011)0024, Parlamento Europeu, Bruxelas.
- Parlamento Europeu. (Abril de 2014a). *O Espaço Económico Europeu (EEE), a Suíça e a região setentrional*. Obtido em 6 de Setembro de 2014, de Parlamento Europeu: http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_6.5.3.html
- Parlamento Europeu. (2014b). *Resolução do Parlamento Europeu, de 12 de março de 2014, sobre a estratégia da UE para o Ártico*. Parlamento Europeu, Bruxelas.
- Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia. (16 de Setembro de 2009). Regulamento (CE) N.º 1007/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de Setembro de 2009 relativo ao comércio de produtos derivados da foca. *Jornal Oficial da União Europeia*. Estrasburgo, França.
- Reuters. (19 de Junho de 2013). *Norway opens more Arctic waters to oil exploration*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Reuters: <http://www.reuters.com/article/2013/06/19/norway-exploration-idUSL5N0EU2RI20130619>

- Ribeiro, A. S. (2010). *Teoria Geral da Estratégia: O Essencial do Processo Estratégico*. Coimbra: Almedina.
- Rosneft. (2014). *Russia's Arctic Seas*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Rosneft: http://www.rosneft.com/Upstream/Exploration/arctic_seas/
- Rossiyskaya Gazeta. (30 de Março de 2009). *Russian Federation's Policy for the Arctic to 2020*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Arctic Search: <http://www.arctic-search.com/Russian+Federation+Policy+for+the+Arctic+to+2020>
- Sacchetti, A. E. (1986). *Temas de Política e Estratégia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas .
- Santos, J. A. (2013). *O Coração da Eurásia Contra o Resto do Mundo*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Sanyal, D. (2013). The Changing Global Energy Landscape – Prospects for Arctic Oil and Gas. *Royal Norwegian Embassy Conference*.
- Schmoker, J. W., & Klett, T. R. (2010). U.S. Geological Survey Assessment Model for Undiscovered Conventional Oil, Gas, and NGL Resources - The Seventh Approximation. *U.S. Geological Survey Digital Data Series 60*, pp. 1-10.
- Shaffer, B. (11 de Março de 2014). *Pipeline Problems*. Obtido em 9 de Agosto de 2014, de Foreign Affairs: <http://www.foreignaffairs.com/articles/141023/brenda-shaffer/pipeline-problems>
- Smith, T. (Setembro de 2007). Arctic Dreams – A Reality Check. (J. Whaley, Ed.) *GEO ExPro*, 4, pp. 16-22.
- South Stream. (2014). *Gas Pipeline Route*. Obtido em 3 de Setembro de 2014, de South Stream: <http://www.south-stream.info/en/route/>
- Statoil. (10 de Setembro de 2007). *Snøhvit*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Statoil: <http://www.statoil.com/en/ouoperations/explorationprod/ncs/snoehvit/pages/default.aspx>

- Statoil. (12 de Agosto de 2014). *Faroe Islands*. Obtido em 8 de Setembro de 2014, de Statoil:
<http://www.statoil.com/en/about/worldwide/faroeislands/pages/default.aspx>
- Stigset, M. (1 de Março de 2011). *Exxon Acquires Stakes in Faroe Island Licenses From Statoil*. Obtido em 8 de Setembro de 2014, de Bloomberg :
<http://www.bloomberg.com/news/2011-03-01/statoil-farms-out-stake-in-three-faroe-islands-licenses-to-exxon.html>
- Stimson. (15 de Setembro de 2013). *Evolution Of Arctic Territorial Claims And Agreements: A Timeline (1903-Present)*. Obtido em 25 de Janeiro de 2014, de Stimson: <http://www.stimson.org/infographics/evolution-of-arctic-territorial-claims-and-agreements-a-timeline-1903-present/>
- Støre, J. G. (2011). Changes in the High North: Implications for NATO and Beyond. *77th Rose-Roth Seminar* (p. 7). Tromsø: NATO Parliamentary Assembly’.
- Swartz, S. (25 de Abril de 2010). *Greenland Is Divided on Wider Oil Exploration: U.S. and European Firms Are Set to Compete for Drilling Licenses This Summer*. Obtido em 8 de Setembro de 2014, de The Wall Street Journal:
<http://online.wsj.com/articles/SB10001424052748703709804575202120476738754>
- The Economist. (9 de Julho de 2010). *Pipeline tangles: New movement on old pipes*. Obtido em 28 de Setembro de 2014, de The Economist:
http://www.economist.com/blogs/easternapproaches/2010/07/pipeline_tangles
- Trans Adriatic Pipeline. (2014). *Trans Adriatic Pipeline Route*. Obtido em 3 de Setembro de 2014, de Trans Adriatic Pipeline: <http://www.tap-ag.com/the-pipeline/route-map>
- U.S. Energy Information Administration. (12 de Março de 2014a). *Russia: Analysis*. Obtido em 02 de Setembro de 2014, de US Energy Information Administration:
<http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=rs>
- U.S. Energy Information Administration. (28 de Abril de 2014b). *Analysis: Norway*. Obtido em 9 de Setembro de 2014, de U.S. Energy Information Administration:
<http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=NO>

- U.S. Energy Information Administration. (2014c). *What drives crude oil prices?* Obtido em 3 de Setembro de 2014, de U.S. Energy Information Administration: <http://www.eia.gov/finance/markets/supply-opec.cfm>
- UArctic. (2014). *Arctic Boundaries*. Obtido em 08 de 08 de 2014, de University of the Arctic: <http://www.uarctic.org/atlasmaplayer.aspx?m=642&amid=5955>
- UK Parliamentary Office of Science and Technology. (Junho de 2009). *Publications*. Obtido em 4 de Agosto de 2014, de The International Relations and Security Network: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=102485>
- Umbach, F. (2006). Europe's next cold war: the European Union needs a plan to secure its energy policy. *Internationale Politik - Global Edition*, 7, pp. 64-71.
- Umbach, F. (Março de 2010). Global energy security and the implications for the EU. *Energy Policy*, 38, pp. 1229–1240.
- UNCLOS. (10 de Dezembro de 1982). *United Nations Convention on the Law of the Sea*. Obtido em 24 de Janeiro de 2014, de United Nations: http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/closindx.htm
- Wezeman, S. t. (Março de 2012). *Military Capabilities in the Arctic*. Obtido em 05 de Maio de 2014, de SIPRI: http://books.sipri.org/product_info?c_product_id=442
- Yarger, H. R. (2006). *Strategic Theory for the 21st Century: The Little Book on Big Strategy*. Carlisle: Strategic Studies Institute.
- Zysk, K. (15 de Junho de 2009). *Russian national security strategy to 2020*. Obtido em 10 de Setembro de 2014, de Geopolitics in the high North: http://www.geopoliticsnorth.org/index.php?option=com_content&view=article&id=84:arctic-strategy-documents&catid=52&showall=&limitstart=2

